



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
PREFEITURA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2020

BASE LEGAL

Artigo 25, caput da Lei nº 8.666/93 em sua redação atualizada.

OBJETO	Execução dos Serviços em Licença de uso, Manutenção e o suporte Pós-Implantação, incluindo a conversão de dados dos sistemas: Módulo de Planejamento; Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; e do Portal da Transparência a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.
INTERESSADOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
	LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP
CONTRATO Nº	13/2020
VIGÊNCIA	13.07.2020
VALOR GLOBAL (R\$)	R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais)

AUTUAÇÃO

- Nesta data autuei os documentos adiante enumerados, e para constar, lavrei este Termo.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 13 de julho de 2020.

SAGRES OK
Emmanuel Messias Mendonça Filho



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nossa Senhora do Socorro/SE, 02 de julho de 2020.

Ofício nº 976 : /2020
Ref. /Inexigibilidade

Autorizo: 02/07/2020
Marcelo Paiva
Maria do Carmo Paiva da Silva
Secretária Municipal de Assistência
Social

Solicito a Vossa Senhoria a abertura de processo de Inexigibilidade, referente à **Execução dos Serviços em Licença de uso, Manutenção e o suporte Pós-Implantação, incluindo a conversão de dados dos sistemas: Módulo de Planejamento; Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; e do Portal da Transparência a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social**, conforme Projeto Básico. Outrossim, informamos que as despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 46001 – Secretaria Municipal de Assistência Social de Assistência Social

PROJETO ATIVIDADE: 2085 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

ELEMENTO DE DESPESA: 3390339040 – Serviços de Tecnologia da Informação

FONTE DE RECURSOS: 1001 – Ordinário

VALOR ESTIMADO: R\$ 25.200,00

SALDO ORÇAMENTÁRIO: R\$ 30.000,00

Atenciosamente,

Valter de Souza

Secretário Especial de Controle Interno

Josinary dos Santos

Diretora Financeira da SEMAS



000002

Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO BÁSICO

OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E O SUPORTE PÓS-IMPLANTAÇÃO, INCLUINDO A CONVERSÃO DE DADOS DOS SISTEMAS: MÓDULO DE PLANEJAMENTO; SISTEMA DE CONTABILIDADE; GESTÃO FINANCEIRA; PPA; LDO; LOA; E DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

JULHO/2020



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

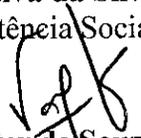
000003

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APROVADO:

Nos termos do § 1º, do art. 7º da
Lei nº 8.666/93 aprovo este Projeto Básico


Maria do Carmo Paiva da Silva
Secretária Municipal da Assistência Social


Valter de Souza
Secretário Especial de Controle Interno

I-OBJETO:

A presente inexigibilidade tem como objeto a **Execução dos Serviços em Licença de uso, Manutenção e o suporte Pós-Implantação, incluindo a conversão de dados dos sistemas: Módulo de Planejamento; Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; e do Portal da Transparência a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.**

II-OBJETIVO:

É a execução e implantação dos sistemas, proposto, que possa assegurar o fortalecimento e a modernização do setor deste Município. E com isso, favorecer de forma eficaz os seus sistemas impositivos, assegurando a observância da transparência no manejo dos recursos públicos.

III-JUSTIFICATIVA:

Considerando que estamos vivendo uma revolução tecnológica e organizacional na Administração Pública tão intensa que os Gestores encontram dificuldades para acompanhá-la; o que é perfeitamente Compreensível, visto que todas essas mudanças incluem reestruturação na organização, Considerando em uma gestão diferenciada dos recursos humanos, novas tecnologias de gestão e de informação. São temas sempre ouvidos nas empresas privadas e que hoje rodeiam Administração pública, e se mostram a cada dia indispensáveis, principalmente para o gestor municipal.

Considerando que apesar dos termos rebuscados, trata-se apenas de uma Modernização da Gestão Pública, que depois de implantada facilitará a formulação de políticas públicas e seu melhor gerenciamento;

Considerando que prevê também o aumento da participação da sociedade, nas transparências nos atos públicos e na qualidade das informações.

Considerando que o Portal da Transparência é um sistema de acesso livre, no qual o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública do Município à qual faz parte. Desde a criação, a ferramenta ganhou novos recursos, aumentou a oferta de dados ano após ano e consolidou-se como importante instrumento de controle social, com reconhecimento dentro e fora do país.



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

M. 000004

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A fim de atender de forma mais eficiente a crescente demanda e as obrigações de transparência, o sistema passou por uma reestruturação completa e como resultado do trabalho, foram aprimorados diversos recursos: formas diversas de apresentação dos dados, mecanismo de busca integrado e intuitivo, melhor usabilidade, mais recursos gráficos, integração com redes sociais, maior e melhor oferta de dados abertos, adequação a plataformas móveis, maior interatividade com o cidadão, de forma cada vez mais eficiente para fiscalizar e assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos.

IV-FUNDAMENTAÇÃO:

Em cumprimento ao Art. 7º I e § 1º da lei 8.666/93, para os serviços é necessária a elaboração do presente Projeto Básico, que norteará os orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

V-ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

ÍTEM	DESCRIÇÃO
1	Planejamento; Contabilidade; Financeira; PPA; LDO; LOA
2	Portal da Transparência
3	Publicação Legal
4	Migração Dados
5	Atendimento, Suporte e Manutenção

VI- PERÍODO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Execução dos Serviços em Licença de uso, Manutenção e o suporte Pós-Implantação, incluindo a conversão de dados dos sistemas: Módulo de Planejamento; Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; e do Portal da Transparência a fim de atender todas as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, período de portantanto o seu pagamento por valor líquido e certo, conforme nota fiscal devidamente atestado pela Sra. Secretária Municipal de Assistência Social.

O período para execução dos serviços será de **12(doze) meses**.

VII- DO PAGAMENTO:

Perfazendo a presente inexigibilidade o valor global de **R\$ 25.200,00** (vinte e cinco mil e duzentos reais), sendo que as despesas decorrentes da presente inexigibilidade correrão por conta das seguintes classificações orçamentárias:

Outrossim, informamos que as despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

000005

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 46001 – Secretaria Municipal de Assistência Social de Assistência Social
PROJETO ATIVIDADE: 2085 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social
ELEMENTO DE DESPESA: 3390339040 – Serviços de Tecnologia da Informação
FONTE DE RECURSOS: 1001 – Ordinário
VALOR ESTIMADO: R\$ 25.200,00
SALDO ORÇAMENTÁRIO: R\$ 30.000,00

Nossa Senhora do Socorro/SE, 02 de julho de 2020.


JOSIMARY DOS SANTOS
Diretora Financeirada SEMAS

000006



MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA TÉCNICA COMERCIAL

Proposta Comercial:	Vaidade: 60 (sessenta dias)	CNPJ/MF: 14.810.888/0001-32
Nome do Cliente: Sec. Mun. De Assis. Social de Nossa Senhora do Socorro		
Endereço: R Nossa Senhora de Fátima, 40, Centro – Nossa Senhora do Socorro / SE - CEP: 49160-000		
Responsável Técnico:	Função:	

A Link3 Tecnologia é uma empresa de tecnologia, inovação, consultoria e suporte à gestão pública. Dentro de inovações planejadas, desejamos contribuir para que este Município tenha "resultados surpreendentes". Através dos nossos sistemas e serviços, dispomos toda a segurança, física e lógica, proporcionando assim meios para organizar, definir e agilizar os processos da Gestão Pública.

Conforme solicitado, elaboramos para você a Proposta Técnica Comercial, com o objetivo de apresentar os requisitos necessários dos serviços que atendam amplamente às necessidades deste órgão. Para isso, oferecemos as soluções de acordo com o perfil e a necessidade de cada cliente, adequando os produtos e serviços, garantindo maior resultando e produtividade, buscando atender às necessidades de seus usuários.

Esperando atender às expectativas deste órgão, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Salvador / BA, 08 de julho de 2020.

Joelma Cordeiro Oliveira
Analista de Negócios e Contratos
Link3 Sistemas de Automação Ltda
CNPJ 21.692.672/0001-85

21.692.672/0001-85
LINK3 SISTEMAS DE
AUTOMAÇÃO LTDA - EPP
Rua Prefeito João Amarante, 50 Centro
49120-000 - Itaporanga d'Ajuda / SE

01. Sobre a Empresa

A Link3, sempre preocupada em garantir a conformidade e normatização da Administração Pública, acompanha as mudanças pertinentes ao setor público. Com expertise comprovada, a empresa propõe soluções inovadoras para diversas áreas Administrativa e Planejamento Municipal: **GOVNET- Gestão Orçamentária; Contabilidade (PCASP) e Transparência;** a fim as necessidades deste órgão.

Através de aplicação do nosso framework, auxiliamos os clientes a implantarem estratégias de maneira alinhada aos processos de negócio, contemplando as soluções e correções quando necessárias para fornecer um serviço de qualidade e eficiência.

A empresa detém a exclusividade por ser desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização de seus softwares/sistemas em todo território nacional. A nossa tecnologia é comprovada em diversos órgãos, como nos estados da Bahia, Sergipe, Amapá, Roraima, Alagoas e Rondônia, injetando excelência e precisão.

02. Objetivo

Através da execução e implantação dos nossos sistemas e serviços, espera-se assegurar o fortalecimento e a modernização do setor correspondente, assegurando a observância da transparência no manejo dos recursos públicos. Com base em levantamentos de estudos, análises e sistematização de dados, oferecemos meios eficientes ao gestor na tomada de decisões, proporcionando resultados adequados no processo cognitivo pelo qual precisa escolher um plano de ação. E é por isso que oferecemos soluções de acordo com o perfil e necessidade de cada cliente, adequando os produtos e serviços, garantindo maior eficácia, produtividade e buscando atender às necessidades de seus usuários.

03. Sobre os Sistemas

Promover e modernizar as infraestruturas de apoio a gestão pública no desenvolvimento e inovação na área de software e sistemas de informação, com foco na aplicação de novas tecnologias para conferir os valores dos seus clientes.

Desenvolvido com tecnologia própria, os sistemas GovNet possui uma interface de altíssimo desempenho, projetado para redefinir normas, regras e princípios da administração do dinheiro público. Abrange os aspectos fundamentais da administração: a arrecadação e as despesas, permitindo identificar com exatidão quanto o município está arrecadando e quanto/onde está gastando, o que facilita a tomada de decisões.

Todos os módulos do sistema são customizados para atender, de forma completa, todas as funcionalidades impostas pela legislação em vigor, inerentes ao setor público.

04. Planilha Financeira

Segue abaixo, informações sobre a composição do preço a ser contratado:

Item	Qtd	Descrição de Serviços		
01	01	Implantação/Migração/Treinamento		
				R\$ 0,00
Valor de Implantação				R\$ 0,00
ITEM	QTD	Descrição de Sistemas	Valor Mensal	Valor Anual
02	12	GOVNET- Gestão Orçamentária; Contabilidade (PCASP)	R\$ 1.100,00	R\$ 13.200,00
03	12	Transparência	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
Totais			R\$ 2.100,00	R\$ 25.200,00

04.1. Valor Global

O valor global da proposta: **R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais)**, referente a prestação de serviços técnicos especializados em sistemas para Gestão do Executivo Municipal.

04.2. Impostos, Taxas e Tributos:

Na proposta estão considerados os valores de impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais e tributos vigentes e exigíveis. Se após a data da proposta forem criados novos tributos, taxas, encargos e contribuições fiscais, se forem modificadas as alíquotas dos atuais, ou, de qualquer forma, forem majorados os ônus da Contratada, serão revisados os valores, de modo a refletirem tais modificações, compensando-se imediatamente quaisquer diferenças delas decorrente.

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO



Os sócios abaixo identificados e qualificados:

- I - **José Amaro Cordeiro Oliveira**, brasileiro, casado, parcial de bens, técnico em contabilidade, portador da Cédula de Identidade nº 2262786-38 SSP/BA e CPF 343.534.705-82, residente e domiciliado na Rua Francisco Rosa, 420, Apt 303, Rio Vermelho, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, 41940-210, e;
- II - **Kelvem Caires Cordeiro de Oliveira**, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 12891677-02 SSP/BA e CPF 850.112.075-87, residente e domiciliado Av. Otávio Mangabeira, 11881, Mod. 02 - Casa 40, Casablanca, Piatã, Salvador - BA, 41650-000.

Únicos sócios componentes, resolvem constituir uma Sociedade Empresária Limitada, em conformidade com as leis vigentes da República Federativa do Brasil, consoante as seguintes cláusulas e estipulações a seguir estabelecidas:

1ª - Cláusula - Denominação Social

A sociedade terá a denominação empresarial de **Link3 Sistemas de Automação Ltda**, tendo como nome fantasia **Link3 Tecnologia**.

2ª - Cláusula - Sede, Filiais e Foro

A sociedade terá a sua sede, foro e estabelecimento na cidade de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, Av. Emídio Max Neto, SN - Centro - Itaporanga D'Ajuda, Sergipe - CEP 49120-000, podendo instalar e manter escritórios, filiais, agências e representações no país ou fora dele.

3ª - Cláusula - Prazo e Duração

O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado, com início de suas atividades a partir de sua constituição com o arquivamento de seus atos constitutivos perante a Junta Comercial do Estado.

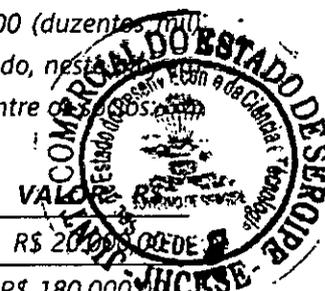
4ª - Cláusula - Objeto da Sociedade

A sociedade terá como objeto social o desenvolvimento e licenciamento de softwares customizados; prestação de serviços de consultoria e assessoria em tecnologia de informação, gestão e prestação de contas de projetos; pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas; suporte técnico especializado; manutenção e elaboração de portais e provedores de conteúdo, serviços de informação na internet e gerenciamento de sites; treinamento e qualificação em gestão de pessoas, atualização profissional e aperfeiçoamento técnico; planejamento estratégico e intervenções urbanas; criação, reestruturação e gestão de diários oficiais de prefeituras e câmaras de vereadores; implantação e gestão de projeto de transparência administrativa municipal; digitalização de documentos; publicação de avisos de licitação.

5ª - Cláusula - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) divididos em 200.000 (duzentos mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, inteiramente subscrito e integralizado, nesta moeda corrente nacional, ficando o capital social com a seguinte distribuição entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	PARTIC. %	VALOR
KELVEM CAIRES CORDEIRO DE OLIVEIRA	20.000	10%	R\$ 20.000,00
JOSÉ AMARO CORDEIRO OLIVEIRA	180.000	90%	R\$ 180.000,00
TOTAIS	200.000	100%	R\$ 200.000,00

**6ª - Cláusula - Responsabilidade dos Sócios**

A responsabilidade dos sócios quotistas é restrita e limitada, exclusivamente ao valor de suas quotas que se encontram representado no Capital Social, porém todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Único: Consoante preceito dos Arts. 1054 e 997, VIII, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Novo Código Civil, os sócios não possuem qualquer responsabilidade subsidiária pelas obrigações sociais.

7ª - Cláusula - Cessão de Quotas e Direito de Preferência

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direto de preferência para a sua aquisição se postar a venda, formalizando, se realizado a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

8ª - Cláusula - Dissensão

A dissensão entre os quotistas não será motivo para dissolução litigiosa da sociedade sempre que um quotista tenha condição de adquirir a parte quotista dissidente, segundo balanço e forma prevista neste instrumento.

9ª - Cláusula - Retirada e Haveres dos Sócios

O sócio que pretenda retirar-se da sociedade deve comunicar por escrito, com antecedência de 02 (dois) meses, ficando esse prazo reduzido para 01 (um) mês, caso a pretensão de retirada seja do nomeado de algum sócio pré-morto.

Os haveres do sócio que pretenda se retirar ou de quem o representa na sociedade, serão calculados por balanço que se procederá ao final do prazo constante neste instrumento, os quais serão pagos em 04 (quatro) parcelas trimestrais, acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano, sendo a primeira parcela vencível em 03 (três) meses após o citado balanço.

10ª - Cláusula - Falecimento e Interdição

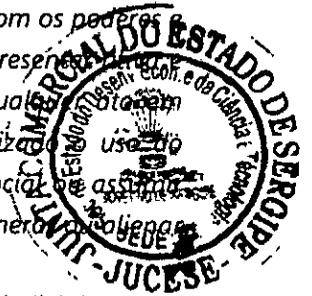
O falecendo ou interditado qualquer um dos sócios não dissolverá a sociedade, podendo a mesma continuar as atividades com a nomeação de um dos herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao seu sócio, conforme Art. 1028 e Art. 1031, da Lei 10.406-02.

4 kcal

11ª - Cláusula - Administração Societária

A administração da sociedade caberá ao sócio **José Amaro Cordeiro Oliveira** com os poderes e atribuições que a Lei confere ao administrador de sociedade geral, cabendo representá-la passivamente a sociedade, em juízo ou fora dele, podendo praticar todo e qualquer ato em conjunto ou individualmente, sempre no interesse da sociedade, sendo autorizada a usar o nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social e assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização de outro sócio.



Parágrafo Primeiro - A sociedade será representada ativa e passivamente, judicialmente e extra judicialmente pelo administrador, sendo-lhe vedado o uso da denominação social em avais, abonos, fianças e outras obrigações de mero favor, estranhos aos interesses sociais. Nesta vedação não se inclui a prestação de garantias e obrigações a empresas da qual a sociedade participe, direta ou indiretamente podendo ainda alienar caucionar ou onerar bens sociais, emitir títulos de créditos, transigir, assinar cheques, e renunciar a direitos quando ao interesse da sociedade contrair empréstimos e financiamentos, avaliar endossar, bem como assinar todo e qualquer documento, contrato ou papel que implique em responsabilidade da sociedade, seja público ou particular;

Parágrafo Segundo - O administrador receberá mensalmente Pró-Labore a partir do mês em que as atividades operacionais da sociedade comportar a referida retirada mediante aprovação pela maioria simples das quotas representativas do Capital Social;

Parágrafo Terceiro - A nomeação ou destituição de novos administradores, bem como a fixação da remuneração correspondente, será decidida em assembleia de sócios, mediante aprovação pela maioria simples das quotas representativas do Capital Social.

Parágrafo Quarto - É vedado ao administrador o uso de suas atribuições para prática de atos não concernentes a sua função, como: avais, fianças ou outras garantias de favor, bem como, onerar ou alienar bens móveis da sociedade e ainda o uso ou emprego da denominação social em negócios ou transações estranhas ao objeto social desde instrumento.

12ª - Cláusula - Exercício Social

Ao término de cada exercício social, **31 de dezembro**, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo Único - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

13ª - Cláusula - Lucros e Perdas, Balanços e Demonstração de Resultado

Ao término de cada exercício social serão apurados os lucros ou prejuízos através do Balanço Patrimonial e Balanço de Resultado Econômico, os quais serão rateados e suportados pelos sócios quotistas na proporção do Capital Social de cada um. Havendo lucros, tanto poderão ser distribuídos, como retidos para oportuno aumento de capital, a critério dos quotistas.

A sociedade poderá realizar:

Distribuição intermediária de lucros, conforme Lei nº 6.404/76;

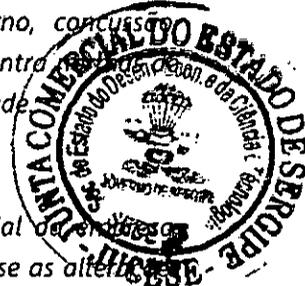
Declarar, conforme balanço semestral, dividendo à conta do lucro apurado neste balanço e levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.

Parágrafo Único - Nos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designação administrador(res) quanto for o caso.

f. Kccol

14ª - Cláusula - Declaração de Desimpedimento

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra a defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



15ª - Cláusula - Alterações Contratuais

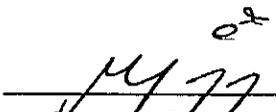
A qualquer tempo, mediante decisão que represente a maioria do capital social poderá este instrumento ser alterado, respeitadas as formalidades legais, exceto se as alterações contratuais versarem sobre a gerência, denominação, sede, destinação de lucros, aumento ou redução do capital e admissão de novos sócios, uma vez que estas somente poderão ser processadas por decisão unânime dos sócios. No exercício de seus poderes e direitos dentro da Sociedade, um sócio poderá se fazer representar por outro sócio mediante instrumento de procuração.

16ª - Cláusula - Fórum Contratual

Fica eleito o foro da Comarca da cidade de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, como o único competente para dirimir e resolver todas as dúvidas e questões oriundas e decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser. E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento particular, em 03 (três) vias impressas e de igual teor, juntamente com 02 [duas] testemunhas, destinando-se a primeira via ao arquivamento da Junta Comercial do Estado.

Itaporanga D'Ajuda / SE, 15 de dezembro de 2014.

Sócios:


 José Amaro Cordeiro Oliveira
 CPF 343.534.705-82
 RG 2262786-38 SSP/BA


 Kelvem Caires Cordeiro de Oliveira
 CPF 850.112.075-87
 RG 12891677-02 - SSP/BA

Testemunhas:


 Lúcia Fraga Miranda Manguinho
 RG 179953532 SSP/BA


 Marivaldo Ferreira de Oliveira
 RG 269668241 SSP/BA



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/01/2015 SOB Nº: 28200572656
Protocolo: 14/038845-1, DE 19/12/2014

LINEA GESTINAS DE AUTOMACAO LTDA

Marcelo Passos Silva
MARCELO PASSOS SILVA
SECRETÁRIO-GERAL



000014



**2ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO
CONTRATUAL DA SOCIEDADE LTDA
LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP
CNPJ nº 21.692.672/0001-85
NIRE nº 28200572656**

2ª Alteração e Consolidação Contratual com os seguintes itens:

- A - *Alteração do endereço da sede;*
- B - *Nova redação com a Consolidação Contratual.*

Os sócios abaixo identificados e qualificados:

- I - Joelma Cordeiro Oliveira**, brasileira, solteira, empresária, nascida em 14/10/1967, inscrita no CPF 483.387.025-87, portadora da Cédula de Identidade 02.765.130-45 SSP/BA, residente e domiciliada na Av. Otavio Mangabeira, 11.881 - Módulo 01 - Casa 04, Condomínio Casablanca Village, Piatã, 41650-000 Cidade do Salvador, Estado da Bahia e;
- II - Josiane Cordeiro de Oliveira**, brasileira, divorciada, empresária, nascida em 26/11/1979, inscrita no CPF sob nº 780.187.145-68, portadora de Cédula de Identidade nº 06.363.916-55 SSP/BA, residente e domiciliada na Av. Otavio Mangabeira, 11.881 - Módulo 03 - Casa 02, Condomínio Casablanca Village, Piatã, 41650-000 Cidade do Salvador, Estado da Bahia.

Únicos sócios da Sociedade Empresaria Limitada, LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP, estabelecida na Av. Emídio Max Neto, SN - Centro - Itaporanga D'Ajuda, SE - CEP 49120-000, com ato constitutivo arquivado na JUCEB sob o NIRE nº 28200572656 e CNPJ/MF sob o nº 21.692.672/0001-85, com início das atividades em 16/01/2015, resolvem de pleno e comum acordo alterar e consolidar o referido Contrato Social com base nas exigências da Lei nº 10406/2002, Capítulo II, da Sociedade Empresária Limitada e demais artigos que regem a sociedade, o que fazem mediante as condições e cláusulas seguintes:

1ª Cláusula - Alteração da Sede

A sociedade passará a exercer suas atividades-em novo endereço, com sede, estabelecimento, e foro de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, que passa a ser seguinte endereço: Praça Jackson Figueiredo, 0017 - Sala 03 Centro - Itaporanga D'Ajuda, Sergipe - CEP 49120-000.



2ª Cláusula - Vigência e Consolidação

As demais Cláusulas não alteradas pelo presente instrumento continuam em plena vigência. Após as devidas alterações os sócios resolvem consolidar seu Contrato Social.

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO
SOCIAL DA SOCIEDADE LTDA
LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP
CNPJ nº 21.692.672/0001-85
NIRE nº 28200572656**

Os sócios abaixo identificados e qualificados:

- I - Joelma Cordeiro Oliveira, brasileira, solteira, empresária, nascida em 14/10/1967, inscrita no CPF 483.387.025-87, portadora da Cédula de Identidade 02.765.130-45 SSP/BA, residente e domiciliada na Av. Otavio Mangabeira, 11.881 - Módulo 01 - Casa 04, Condomínio Casablanca Village, Piatã, 41650-000 Cidade do Salvador, Estado da Bahia e;**
- II - Josiane Cordeiro de Oliveira, brasileira, divorciada, empresária, nascida em 26/11/1979, inscrita no CPF sob nº 780.187.145-68, portadora de Cédula de Identidade nº 06.363.916-55 SSP/BA, residente e domiciliada na Av. Otavio Mangabeira, 11.881 - Modulo 03 - Casa 02, Condomínio Casablanca Village, Piatã, 41650-000 Cidade do Salvador, Estado da Bahia.**

Únicos sócios da Sociedade Empresaria Limitada, LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP, estabelecida na Praça Jackson Figueiredo, 0017 - Sala 03 Centro - Itaporanga D'Ajuda, Sergipe - CEP 49120-000, com ato constitutivo arquivado na JUCEB sob o NIRE nº 28200572656 e CNPJ/MF sob o nº 21.692.672/0001-85, com início das atividades em 16/01/2015, resolvem de pleno e comum acordo consolidar o referido Contrato Social com base nas exigências da Lei Nº 10.406/2002, Capítulo II da Sociedade Limitada e demais artigos que regem a sociedade, o que fazem mediante as condições e cláusulas seguintes:

1ª Cláusula - Denominação Social

A sociedade gira sob a denominação empresarial de **Link3 Sistemas de Automação Ltda**, tendo como nome fantasia **Link3 Tecnologia**.

2ª Cláusula - Sede, Filiais e Foro

A sociedade tem sede, foro e estabelecimento na cidade de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, Praça Jackson Figueiredo, 0017 - Sala 03 Centro -

8



Itaporanga D'Ajuda, Sergipe - CEP 49120-000, podendo instalar e manter escritórios, filiais, agências e representações no país ou fora dele.

3ª Cláusula - Início de Atividades, Prazo e Duração

A sociedade iniciou suas atividades em 16 de janeiro de 2015, com início de suas atividades a partir de sua constituição com o arquivamento de seus atos constitutivos perante a Junta Comercial do Estado. O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

4ª Cláusula - Objeto da Sociedade

O objeto social consiste no desenvolvimento e licenciamento de softwares customizados; prestação de serviços de consultoria e assessoria em tecnologia de informação, gestão e prestação de contas de projetos; pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas; suporte técnico especializado; manutenção e elaboração de portais e provedores de conteúdo, serviços de informação na internet e gerenciamento de sites; treinamento e qualificação em gestão de pessoas, atualização profissional e aperfeiçoamento técnico; planejamento estratégico e intervenções urbanas; criação, reestruturação e gestão de diários oficiais de prefeituras e câmaras de vereadores; implantação e gestão de projeto de transparência administrativa municipal; digitalização de documentos; publicação de avisos de licitação.

5ª Cláusula - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) divididos em 200.000 (duzentos mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, inteiramente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, ficando o capital social com a seguinte distribuição entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	PARTIC. %	VALOR - R\$
JOELMA CORDEIRO OLIVEIRA	180.000	90%	R\$ 180.000,00
JOSIANE CORDEIRO DE OLIVEIRA.	20.000	10%	R\$ 20.000,00
TOTAIS	200.000	100%	R\$ 200.000,00

6ª Cláusula - Responsabilidade dos Sócios

A responsabilidade dos sócios quotistas é restrita e limitada, exclusivamente ao valor de suas quotas, que se encontram representado no Capital Social, porém todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Único: Consoante preceito dos Arts. 1054 e 997, VIII, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Novo Código Civil, os sócios não possuem qualquer responsabilidade subsidiária pelas obrigações sociais.

7ª Cláusula - Declaração de Desimpedimento

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de

K
A



prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

8ª Cláusula - Cessão de Quotas e Direito de Preferência

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direto de preferência para a sua aquisição se postar a venda, formalizando, se realizado a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

9ª Cláusula - Dissensão

A dissensão entre os quotistas não será motivo para dissolução litigiosa da sociedade sempre que um quotista tenha condição de adquirir a parte quotista dissidente, segundo balanço e forma prevista neste instrumento.

10ª Cláusula - Retirada e Háveres dos Sócios

O sócio que pretenda retirar-se da sociedade deve comunicar por escrito, com antecedência de 02 (dois) meses, ficando esse prazo reduzido para 01 (um) mês, caso a pretensão de retirada seja do nomeado de algum sócio pré-morto. Os haveres do sócio que pretenda se retirar ou de quem o representa na sociedade, serão calculados por balanço que se procederá ao final do prazo constante neste instrumento, os quais serão pagos em 04 (quatro) parcelas trimestrais, acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano, sendo a primeira parcela vencível em 03 (três) meses após o citado balanço.

11ª Cláusula - Falecimento e Interdição

O falecendo ou interditado qualquer um dos sócios não dissolverá a sociedade, podendo a mesma continuar as atividades com a nomeação de um dos herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao seu sócio, conforme Art. 1028 e Art. 1031, da Lei 10.406-02.

12ª Cláusula - Administração Societária

A administração da sociedade caberá ao sócio JOELMA CORDEIRO OLIVEIRA com os poderes e atribuições que a Lei confere ao administrador de sociedade geral, cabendo representar ativa e passivamente a sociedade, em juízo ou fora dele, podendo praticar todo e qualquer ato em conjunto ou individualmente, sempre no interesse da sociedade, sendo autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização de outro sócio.

f
D



Parágrafo Primeiro - A sociedade será representada ativa e passivamente judicialmente e extra judicialmente pelo administrador, sendo-lhe vedado o uso da denominação social em avais, abonos, fianças e outras obrigações de mero favor, estranhos aos interesses sociais. Nesta vedação não se inclui a prestação de garantias e obrigações a empresas da qual a sociedade participe, direta ou indiretamente podendo ainda alienar caucionar ou onerar bens sociais, emitir títulos de créditos, transigir, assinar cheques, e renunciar a direitos quando ao interesse da sociedade contrair empréstimos e financiamentos, avallar endossar, bem como assinar todo e qualquer documento, contrato ou papel que implique em responsabilidade da sociedade, seja público ou particular;

Parágrafo Segundo - O administrador receberá mensalmente Pró-Labore a partir do mês em que as atividades operacionais da sociedade comportar a referida retirada mediante aprovação pela maioria simples das quotas representativas do Capital Social;

Parágrafo Terceiro - A nomeação ou destituição de novos administradores, bem como a fixação da remuneração correspondente, será decidida em assembleia de sócios, mediante aprovação pela maioria simples das quotas representativas do Capital Social.

Parágrafo Quarto - É vedado ao administrador o uso de suas atribuições para prática de atos não concernentes a sua função, como: avais, fianças ou outras garantias de favor, bem como, onerar ou alienar bens móveis da sociedade e ainda o uso ou emprego da denominação social em negócios ou transações estranhas ao objeto social desde instrumento.

13º Cláusula - Exercício Social

Ao término de cada exercício social, 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo Único - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

14º Cláusula - Lucros e Perdas, Balanços e Demonstração de Resultado

Ao término de cada exercício social serão apurados os lucros ou prejuízos através do Balanço Patrimonial e Balanço de Resultado Econômico, os quais serão rateados e suportados pelos sócios quotistas na proporção do Capital Social de cada um. Havendo lucros, tanto poderão ser distribuídos, como retidos para oportuno aumento de capital, a critério dos quotistas.

A sociedade poderá realizar distribuição intermediária de lucros, conforme Lei nº 6.404/76; declarar, conforme balanço semestral, dividendo à conta do lucro apurado neste balanço e levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.

Parágrafo Único - Nos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designação administrador(res) quanto for o caso.

P
R

15ª Cláusula - Alterações Contratuais

A qualquer tempo, mediante decisão que represente a maioria do Capital Social da empresa, poderá este instrumento ser alterado, respeitadas as formalidades legais, exceto se as alterações contratuais versarem sobre a gerência, denominação, sede, destinação de lucros, aumento ou redução do capital e admissão de novos sócios, uma vez que estas somente poderão ser processadas por decisão unânime dos sócios. No exercício de seus poderes e direitos dentro da Sociedade, um sócio poderá se fazer representar por outro sócio mediante instrumento de procuração.

16ª Cláusula - Fórum Contratual

Fica eleito o foro da Comarca da cidade de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, como o único competente para dirimir e resolver todas as dúvidas e questões oriundas e decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento particular, em 03 [três] vias impressas e de igual teor, destinando-se a primeira via ao arquivamento da Junta Comercial do Estado.

Itaporanga D'Ajuda / SE, 09 de dezembro de 2015.

Sócios:

Joelma Cordeiro Oliveira
 Joelma Cordeiro Oliveira
 RG 02.765.130-45 SSP/BA
 CPF 483.387.025-87

Josiane Cordeiro de Oliveira
 Josiane Cordeiro de Oliveira
 RG 06.363.916-55 SSP/BA
 CPF 780.187.145-68

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/12/2015 SOB Nº: 20150414390
 Protocolo: 15/041439-0, DE 16/12/2015
 JUCESE
 Empresa: 28 2 0057265 6
 LINKS SISTEMA DE AUTOMACAO LTR
 - EPP

Marcelo Baseps Silva
 MARCELO BASEPS SILVA
 SECRETÁRIO GERAL



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

02765130 45 24/01/2012

JOELMA CORDEIRO OLIVEIRA

JOSE ANGELINO DE OLIVEIRA

MARIA DE LOURDES CORDEIRO OLIVEIRA

CACHOEIRA BA 14/10/1967

CER-NAS CM-SAO FELIX BA

DST-SEDE L-034 F-18V R-016580

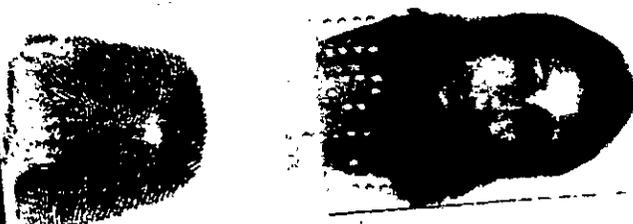
483387025 87 PASEP 1703886295 0

valida até 31/12/2012

LEI Nº 7.116 DE 22/06/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SAC



Joelma Cordeiro Oliveira

CARTEIRA DE IDENTIDADE



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

CERTIDÕES



CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R PREFEITO JOAO AMARANTE	NÚMERO 50	COMPLEMENTO
CEP 49.120-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ITAPORANGA D'AJUDA
ENDEREÇO ELETRÔNICO INFO@LINK3.COM.BR		TELEFONE (71) 2102-6000
ENTÉ FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO 16/01/2015
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **04/07/2018** às **15:06:28** (data e hora de Brasília).

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)

Preparar Página



ESTADO DE SERGIPE
MUNICIPIO DE ITAPORANGA D' AJUDA
Secretaria Municipal de Finanças
PCA GETULIO VARGAS, 022 - CENTRO - 49.120-000
CNPJ: 13128889000139



Exercício:

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

Número: 3/2020

Inscrição Municipal

54271001

CNPJ / CPF

21.692.672/0001-85

Válidade

31/12/2020

Nome / Razão

LINK3 SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA - EPP

Fantasia

LINK3 TECNOLOGIA

Natureza

Sociedade Empresária Limitada

Endereço

RUA JACKSON FIGUEREDO 0017

Complemento

SALA 03

Emissão: 03/01/2020 11:14:56 - Administrador

"NÃO VÁLIDO PARA FINS SANITÁRIOS"

Simplex Nacional

Optante

Bairro

CENTRO

Código de Verificação: A0WMS0WM1

Observação:

CNAE PRINCIPAL: 6202300 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis

- 6311900 - Tratamento de dados provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
- 6209100 - Suporte técnico manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
- 6319400 - Portais provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
- 8599603 - Treinamento em informática
- 1830003 - Reprodução de software em qualquer suporte

E-mail: tributos@itaporanga.se.gov.br Site: <http://itaporanga.se.gov.br/> Telefone: (79) 32642700

Autenticidade do documento sujeita a verificação.

Acesse: <http://itaporanga-se.link3.com.br/13-grp/Servicos.html> para verificação.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA**
CNPJ: **21.692.672/0001-85**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

- Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

- Emitida às 10:57:24 do dia 23/04/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/10/2020.

Código de controle da certidão: **2D3A.6E2B.CBDE.B59D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SERGIPE****Certidão Negativa de Débitos Estaduais N. 269119/2020****Identificação do Contribuinte: 21.692.672/0001-85**
Contribuinte não inscrito no cadastro de SERGIPE

Certificamos que, até a presente data, não existem débitos contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica **21.692.672/0001-85** referente a impostos, taxas ou multas administrativas, ficando, porém ressalvada à Fazenda Pública o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas. O portador do documento **21.692.672/0001-85** não está inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado de SERGIPE.

Certidão emitida via Internet nos termos da portaria Nº 283 de 15/02/2001, válida por 30 (trinta) dias a partir da data da emissão.

Certidão emitida em **26/06/2020 13:49:59**, válida até **26/07/2020** e deve ser conferida na Internet no endereço **www.sefaz.se.gov.br** pelo agente recebedor.

Aracaju, 26 de Junho de 2020

Autenticação: 2020062664DWWW

Copyright © 2002 - Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe
Av. Tancredo Neves, s/n - Centro Administrativo Augusto Franco
Cep 49080-900 - Aracaju/SE - (0xx79) 216-7000



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D' AJUDA
Secretaria Municipal de Finanças
PCA GETULIO VARGAS, 022 - CENTRO - 49.120-000
CNPJ: 13128889000139

21/05/2020 14:29:02 Administrador



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
RELATIVOS AOS TRIBUTOS E À DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO**

CNPJ/CPF: 21692672000185
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 54271001
NOME / RAZÃO SOCIAL: LINK3 SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA - EPP
ENDEREÇO: PRACA JACKSON FIGUEREDO, 0017 - SALA 03 - CENTRO
MUNICÍPIO / UF: Itaporanga D ajuda / SE

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas aos tributos administrados pela(o) Secretaria Municipal de Finanças e inscrições em Dívida Ativa do Município junto à Procuradoria Geral do Município.

DATA EMISSÃO: 21/05/2020
VÁLIDO ATÉ: 20/07/2020
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AAYMDEXMJ

E-mail:tributos@itaporanga.se.gov.br Site: <http://itaporanga.se.gov.br/> Telefone: (79) 32642700

Autenticidade do documento sujeita a verificação.

Acesse: <http://itaporanga-se.link3.com.br/l3-grp/Servicos.html> para verificação.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.692.672/0001-85

Razão Social: LINK3 SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA EPP

Endereço: AV EMIDIO MAX NETO SN TERREO / CENTRO / ITAPORANGA D'AJUDA / SE
/ 49120-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/03/2020 a 19/07/2020

Certificação Número: 2020032203304777698208

Informação obtida em 27/03/2020 16:37:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LINK3 SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 21.692.672/0001-85

Certidão nº: 5380789/2020

Expedição: 27/02/2020, às 13:16:09

Validade: 24/08/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA**
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº

21.692.672/0001-85, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



ESTADO DE SERGIPE
 PODER JUDICIÁRIO
 CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DA COMARCA DE ARACAJU
 Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
 Centro Administrativo Augusto Franco, Capucho
 Telefone: 3226-3500 Ramal: 3542 / 3543 CEP: 49080-470 Aracaju-SE

CERTIDÃO NEGATIVA

Dados do Solicitante

Razão Social:	LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA		
Nome Fantasia:	LINK3	Natureza Certidão:	Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extra-Judicial
	TECNOLOGIA		
Endereço:	Itaporanga	Tipo	de Jurídica / 21.692.672/0001-85
	DAjuda	Pessoa/CPF/CNPJ:	
Data da Emissão:	26/06/2020 13:48	Data de Validade:	* 26/07/2020 *
Nº da Certidão:	* 0002239950 *	Nº da Autenticidade:	* 1765249294 *

Certifico que NÃO CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, AÇÃO DE FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL distribuída e que esteja em andamento, contra a firma acima identificada.

Observações

- Certidão expedida gratuitamente através da Internet, autorizada pela Resolução 61/2006, de 29/11/2006.
- Os dados do(a) solicitante acima informados são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário.
- A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe - www.tjse.jus.br - no menu -Serviços - Certidão On Line-, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

A **Link3 Sistemas de Automação Ltda**, com inscrição no CNPJ/MF nº 21.692.672.0001-85, com sede na Rua Prefeito João Amarante, 50 - Centro - Itaporanga D Ajuda, Estado de Sergipe, CEP 49120-000, por intermédio do seu representante legal, Sr. Roberto Carlos Cordeiro de Oliveira, portador da Cédula de Identidade nº 04.731.096-03 SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 576.163.705-78, DECLARA sob as penas da lei, expressamente que: não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual 9.433/05.

[X] - Nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Itaporanga D'Ajuda / SE, 30 de junho de 2020.

Roberto Carlos Cordeiro de Oliveira
CPF/MF nº 576.163.705-78
RG: nº 04.731.096-03 SSP/BA
Link3 Sistemas de Automação Ltda
CNPJ 21.692.672/0001-85

21.692.672/0001-85

LINK3 SISTEMAS DE
AUTOMAÇÃO LTDA

Rua Pref. João Amarante, 50 Centro
49120-000 Itaporanga d'Ajuda / SE





MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA



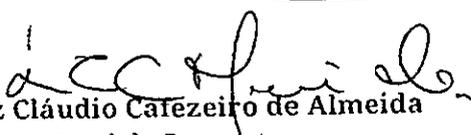
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

- Atestamos para os devidos fins de direito, que a LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.692.672/0001-85, estabelecida na Praça Jackson Figueiredo, 0017 - Sala 03 - Centro - Itaporanga D' Ajuda / SE, presta com eficiência e responsabilidade serviços especializados nas áreas: Execução Orçamentária, Gestão Financeira, Controle Contábil, PPA; LDO; LOA; Gestão de Patrimônio; Gestão de Protocolo; Recursos Humanos e Folha de Pagamento; Gestão de Controle Interno; Compras, Licitações e Contratos; Gestão de Tributos; Gestão de Materiais e Almojarifado; Serviços da Administração na Internet (webservices); Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Cadastro Técnico Municipal; Informações Gerenciais - BI; ISS Bancário; Compras de Bens e Serviços; Administração de Contratos e Serviços; Controle de Processo; GED, Ação Social e Portal da Transparência, incluindo serviços técnicos, implantação, operacionalização, capacitação, treinamento e suporte, cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos esta aptos a cumprir com objetivo licitado, nada tendo que desabone sua conduta moral e profissional.

Atestamos que tais fornecimentos ou prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Salvador / BA, 07 de dezembro de 2015


Luiz Cláudio Cafeteiro de Almeida
Diretor Geral da Proconta
CPF 242.279.005-49

00.404.016/0001-60

PROCONTA CONSULTORIA E
ASSESSORIA EM CONTABILIDADE
PÚBLICA EIRELI - EPP

Av. Sete de Setembro, 71 - Sala 103
Ed. Executivo, Dois de Julho
40060-000 - Salvador / Bahia



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANAMBI
PRAÇA HENRIQUE PEREIRA DONATO, 90 - CENTRO
CNPJ nº 13.982.640/0001-96
CEP 46.430-000 - GUANAMBI - BAHIA
Fonefax: *77 3452 4311

N.º 000034

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de direito, que a **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.692.672/0001-85, estabelecida na Av. Emídio Max Neto, s/nº - Centro - Itaporanga D'Ajuda/SE, presta com eficiência e responsabilidade serviços especializados na área de **Execução Orçamentária, Gestão Financeira, Controle Contábil, PPA; LDO; LOA; Gestão de Patrimônio; Gestão de Protocolo; Recursos Humanos e Folha de Pagamento; Gestão de Controle Interno; Compras, Licitações e Contratos; Gestão de Tributos; Gestão de Materiais e Almoxarifado; Serviços da Administração na Internet (webservices); Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Cadastro Técnico Municipal; Portal da Transparência; Informações Gerenciais - BI; ISS Bancário; Compras de Bens e Serviços; Administração de Contratos e Serviços; Controle de Processo; GED, Ação Social e Portal da Transparência**, incluindo serviços técnicos, implantação, operacionalização, capacitação, treinamento e suporte, cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos esta aptos a cumprir com objetivo licitado, nada tendo que desabone sua conduta moral e profissional.

Atestamos que tais fornecimentos ou prestações de serviços foram executado(a)s satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Guanambi, 17 de novembro de 2015.

Roberto Júlio Pereira Oliveira
Secretário da Fazenda Municipal



República Federativa do Brasil
Ministério do Desenvolvimento
Indústria e Comércio Exterior
INPI - Instituto Nacional da
Propriedade Industrial

850150271964

(22) - Data de Depósito:

18/07/2013

(43) - Data de Publicação:

30/11/2015

(RPI - 910343020)

LINK3 SISTEMA DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP

CNPJ 21.692.672/0001-85



BR 00.000.2.3.15.0910150.2

(54) Título:

Sistema de Gestão GovNet - Sistemas de Automação de Processos Administrativos para Setor Público, com os respectivos Módulos: Sistema Integrado de Plano Plurianual (PPA), Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), Controle do Orçamento (LOA), Contabilidade, Tesouraria, Balanço e Integração com Autarquias e demais Sistemas; Sistema Integrados de Administração Tributária, IPTU e Taxas Imobiliárias, ISSQN, Tarifas e Taxas, Contribuição de Melhoria, Dívida Ativa, Contencioso, Fiscalização, Controle de Arrecadação, Controle de Obras; Sistema Integrados de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Ponto Eletrônico, Rescisões, Férias e Contratos Funcionais; Sistema de Atos Administrativos e Legais; Sistema Integrados de Compras, Sistema de Licitação, Registro de Preços, Pregão Presencial, Sistema de Contratos e Cadastro de Fornecedor; Sistema Integrados de Almoxarifado e Estoque; Sistema Integrados de Patrimônio; Sistema Integrados de Frotas; Sistema Integrados de Protocolo de Documentos, Ouvidoria e Controle Interno de Documentos.

(73) Titular (es):

LINK3 SISTEMA DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP
CNPJ 21.692.672/0001-85

(72) Inventor (es):

José Amaro Cordeiro de Oliveira e;
Paulo Sérgio Cordeiro de Oliveira e;
Roberto Carlos Cordeiro de Oliveira.

Especificação:

Aluguel de Software de Computador - [Informação em]; Aluguel de Software de Computador - [Consultoria em]; Aluguel de Software de Computador - [Assessoria em]; Aluguel de Software de Computador; Análise de Sistemas [Informática] - [Informação em]; Análise de Sistemas [Informática] - [Consultoria em]; Análise de Sistemas [Informática] - [Assessoria em]; Análise de Sistemas [Informática]; Atualização de Software de Computador - [Informação em]; Atualização de Software de Computador - [Consultoria em]; Atualização de Software de Computador - [Assessoria em]; Atualização de Software de Computador; Computador (Duplicação de Programas de Computador) - [Informação em]; Computador (Duplicação de Programas de -) [Consultoria em]; Computador (Duplicação de Programas de -) [Assessoria em]; Computador (Duplicação de Programas de -); Computadores (Projeto de Sistema de -) - [Informação em]; Computadores (Projeto de Sistema de -) - [Consultoria em]; Computadores (Projeto de Sistema de -) - [Assessoria em]; Computadores (Projeto de Sistema de -); Conversão de Dados e Programas de Computador [Exceto Conversão Física] - [Informação em]; Conversão de Dados e Programas de Computador [Exceto Conversão Física] - [Consultoria em]; Conversão de Dados e Programas de Computador [Exceto Conversão Física] em]; Conversão de Dados e Programas de Computador [Exceto Conversão Física]; Criação e Manutenção de Web Sites para Terceiros - [Informação em]; Criação e Manutenção de Web Sites Para Terceiros - [Consultoria em]; Criação e Manutenção de Web Sites Para Terceiros - [Assessoria em]; Criação e Manutenção de Web Sites Para Terceiros; Dados (Recuperação de -) [Informática] - [Informação em]; Dados (Recuperação de -) [Informática] - [Consultoria em]; Dados (Recuperação de -) [Informática] - [Assessoria em]; Dados (Recuperação de -) [Informática]; Duplicação de Programas de Computador - [Informação em]; Duplicação de Programas de Computador - [Consultoria em]; Duplicação de Programas de Computador - [Assessoria em]; Duplicação de Programas de Computador



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

JUSTIFICATIVA



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

H 000037

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JUSTIFICATIVA

Nos termos do art. 25 da Lei nº. 8.666/93, e alterações posteriores, a Secretária Municipal de Assistência Social apresenta Justificativa para a **Execução dos Serviços em Licença de uso, Manutenção e o suporte Pós-Implantação, incluindo a conversão de dados dos sistemas: Módulo de Planejamento; Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; e do Portal da Transparência a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social,** Mediante as considerações a seguir:

Considerando que a função do software é organizar, definir e agilizar processos para tomada de decisão, tornando a estrutura organizacional mais eficiente e eficaz, bem como capacitando a entidade para a competitividade e o crescimento no mercado cada vez mais exigente. É uma das ferramentas essencialmente importante para qualquer organismo, seja ela empresa, entidade ou órgão público, o que a tornar muito mais competitiva e proporcionando o aumento de sua capacidade de decisão no mercado em que está inserido.

Considerando que é uma empresa de software, inovação e tecnologia para gestão pública e privada. Soluções e correções quando necessário, adequando os sistemas às necessidades de cada setor como: Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; e do Portal da Transparência a fim de atender todas as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, Frota Oferece um acompanhamento abrangente, o que é essencial para a tomada de decisões adequadas.

Considerando que o compromisso de promover o acesso a informação e garantir os direitos legais e constitucionais acima explanados, poderá ser efetivado, através de instrumentos e ferramentas tecnológicas de modernização da transparência pública municipal.

Considerando que para elevar as capacidades gerenciais e promover o desenvolvimento institucional do município, deve-se empregar mecanismos e estratégias de aperfeiçoamento da gestão municipal. O emprego de *softwares* dotados de ferramentas que permitem organizar a rotina de trabalho das administrações, fomentar à formação de redes para disseminação de inovações e boas práticas de gestão local, contribui para diminuição dos déficits institucionais do município culminando num progresso no planejamento, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 através das disposições normativas contidas nos arts. 1º, 5º, 37 e 216 traz consigo a proteção constitucional de direitos e garantias fundamentais expressados através dos princípios da soberania popular e democracia representativa, acesso a informação pública, publicidade dos atos administrativos, caráter educativo da publicidade dos atos administrativos, publicidade dos atos históricos.



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

N.º 000038

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Considerando que a Lei de Acesso a Informação nº 12.527/2011, veio garantir mecanismos de acesso a informação pública e estabelecer critérios para proteção das informações pessoais e sigilosas, assim compreendidas apenas aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado. A referida lei, tem como objetivo promover a ética e ampliar a transparência no setor público, adotando como regra geral o acesso pleno, imediato e gratuito as informações sendo possível sua recusa somente mediante decisão devidamente fundamentada que indique o prazo para a interposição de recurso e a autoridade que o decidirá. A Lei de Acesso a Informação determina ainda, que os órgãos e entidades públicas dê em ampla publicidade às informações sobre gestão, programas, projetos, metas, indicadores, licitações, contratos e prestação de contas, publicando-as em sítio da rede mundial de computadores, assegurada a adoção de mecanismos que viabilizem o acesso de portadores de deficiências.

Considerando que a lei supracitada o município é obrigado a cumprir as duas formas (ou espécies) de transparência, quais sejam, ativa e passiva. Na transparência ativa, compete a administração pública municipal divulgar informações à sociedade por iniciativa própria, de forma espontânea, independentemente de qualquer solicitação, enquanto, na transparência passiva a administração pública municipal divulga informações sob a demanda em atendimento às solicitações da sociedade.

Considerando que a empresa **LINK3 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA-EPP** detém a exclusividade por se desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização de seus softwares/sistemas em todo território nacional. A tecnologia é comprovada em diversos órgãos, como nos estados da Bahia, Sergipe, Amapá, Roraima, Alagoas e Rondônia.

Constando no processo a sua titularidade através do IMPI- Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Para respaldar a sua pretensão, a Secretária traz aos autos do sobredito processo peças fundamentais: proposta de serviços e documentos daquele profissional.

Em que pese a inviabilidade de competição, ainda assim, é inexigível o Processo Licitatório, em razão dos requisitos, todos voltados para a pessoa dos futuros contratados.

Considerando, que em muito boa hora, o caput do Art. 25, da Lei de Licitações, trata da questão de inviabilidade de competição, ao dispor:

Dispõe o art. 25º, caput da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação: "É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição"

Perfaz a presente inexigibilidade o valor global de **R\$ 25.200,00** (vinte e cinco mil e duzentos reais), sendo que as despesas decorrentes da presente inexigibilidade correrão por conta das seguintes classificações orçamentárias:

Outrossim, informamos que as despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

N. 000039

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 46001 – Secretaria Municipal de Assistência Social de Assistência Social

PROJETO ATIVIDADE: 2085 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

ELEMENTO DE DESPESA: 3390339040 – Serviços de Tecnologia da Informação

FONTE DE RECURSOS: 1001 – Ordinário

VALOR ESTIMADO: R\$ 25.200,00

SALDO ORÇAMENTÁRIO: R\$ 30.000,00

Então, em cumprimento ao disposto no *caput* do art. 25 da mesma norma jurídica, ainda que desnecessário, por não contemplado naquele artigo, mas a título de formalização, submetemos a presente justificativa.

Nossa Senhora do Socorro, (SE), 02 de julho de 2020.

Valter de Souza

Secretário Especial de Controle Interno

Ratifico em 02/07/2020

Maria do Carmo Paiva da Silva

Secretária Municipal de Assistência Social



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

COMPROVAÇÃO DE PREÇOS



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBÁÚBA

000041
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBÁÚBA
OLHAS Nº 87
SERVIDOR (A) C

CONTRATO Nº 21/2020

CONTRATO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE SISTEMA PARA GESTÃO
DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NA
FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as Partes:

01 - CARACTERIZAÇÃO

CONTRATANTE	Prefeitura Municipal de Umbaúba		
ENDEREÇO	PRAÇA GIL SOARES 272		
COMPLEMENTO		BAIRRO	CENTRO
CIDADE / UF	UMBAÚBA/SE	CEP	49260-000
CNPJ / CPF	13.099.395/0001-73	INSC MUNICIPAL	
CONTRATADA	Link3 Sistemas de Automação Ltda		
ENDEREÇO	PRAÇA JACKSON FIGUEIREDO 17		
COMPLEMENTO	SALA 03	BAIRRO	CENTRO
CIDADE / UF	ITAPORANGA / SE	CEP	49.120-000
CNPJ / CPF	21.692.672/0001-85	INSC MUNICIPAL	5421001

Tem entre si justo e contratado celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços para Gestão Executiva Municipal: GovNet – Planejamento Municipal, Execução Orçamentária, Gestão Financeira, Controle Contábil; PPA; LDO; LOA; Folha de Pagamento e RH; Gestão de Materiais e Almoxarifado; Patrimônio; Frota e Veículos; Transparência LC 131; Tributos; Licitação; Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e); Declaração Eletrônica de ISSQN que se regerá pelas seguintes Cláusulas e condições:

2 – OBJETO

2.1 Constitui objeto deste Contrato a prestação de serviços de concessão de uso e automação de sistema de informática especializados para o ramo da administração pública abaixo elencado(s) DOMÍNIO PÚBLICO, com os respectivos módulos:

GovNet – Planejamento Municipal, Execução Orçamentária, Gestão Financeira, Controle Contábil; PPA; LDO; LOA; Folha de Pagamento e RH; Gestão de Materiais e Almoxarifado; Patrimônio; Frota e Veículos; Transparência LC 131; Tributos; Licitação; Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e); Declaração Eletrônica de ISSQN

2.2 - O objeto de que trata esta Cláusula limita-se aos recursos disponíveis no(s) módulo(s) de Sistema(s) licenciado(s) pela CONTRATADA.

2.3 - A validade da licença de uso está limitada à vigência deste Contrato, bem como ao perfeito cumprimento dos termos ora avençados, notadamente à pontualidade do pagamento do preço indicado na Cláusula Terceira, a pontualidade do pagamento do preço indicado na Cláusula quarta.

2.5 - A CONTRATADA somente aceitará contestações sobre o funcionamento do(s) Sistema(s) por ela instalado(s), quando estes não estiverem atendendo aos requisitos legais, ou seja, quando,



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBÁUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBÁUBA
FOLHAS Nº 98 J 000042
SERVIDOR (A) _____

comprovadamente, ocorrerem problemas na instalação e não forem detectados por ela naquele momento.

2.6 - O "Número Permitido" significa um (1), a não ser que especificado de outra forma em uma licença válida (por ex., licença de volume) concedida pela CONTRATADA.

3 - VIGÊNCIA

O presente contrato terá sua vigência até 31.12.2020, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período conforme Art 57, II da 8666/93.

4 - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA, pela licença de uso indicados na Cláusula Primeira, os valores constantes da tabela abaixo:

ITEM	MÓDULO(S) DO DOMÍNIO PÚBLICO	QUANT.	VALORES
01	GovNet - Planejamento Municipal, Execução Orçamentária, Gestão Financeira, Controle Contábil; PPA; LDO; LOA; Folha de Pagamento e RH; Gestão de Materiais e Almoxarifado; Patrimônio; Frota e Veículos; Transparência LC 131; Tributos; Licitação; Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e); Declaração Eletrônica de ISSQN	12	10.198,50
	TAXA DE IMPLANTAÇÃO		0,00
	VALOR GLOBAL DO CONTRATO		122.382,00

4.2 - O valor da mensalidade será reajustado na menor periodicidade autorizada em lei, pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, ou, no caso de sua extinção, ou inaplicabilidade, pela variação do INPC do IBGE, ou, no caso de sua extinção ou inaplicabilidade, pela variação do IPC da FIPE, ou ainda pela variação de qualquer outro índice que reflita a real inflação do período;

4.3 - Caso o índice para aquele mês não tenha sido divulgado, será utilizado o mais recente e a diferença será calculada e cobrada na fatura seguinte à divulgação;

4.4 - Os Serviços serão cobrados mensalmente através de faturas emitidas pela Contratada com vencimento designado para o dia 30 do mês respectivo. Até o dia 10 do mês subsequente, a Contratante poderá promover o pagamento das faturas sem incidência de encargos contratuais. A inobservância desse prazo, entretanto, importará no cômputo retroativo dos encargos até o dia do vencimento, nos termos descritos no item acima;

4.5 - Além do preço do (os) serviço (s) indicado (s) nesta Cláusula, a CONTRATANTE também reembolsará ou pagará diretamente todas as despesas de locomoção, alimentação e hospedagem do (s) serviço (s) da CONTRATADA, necessárias para a implantação do (s) Sistemas, Treinamento ou qualquer outra Atividade. O prazo para reembolso destas despesas será de 05 (cinco) dias após atendimento.

4.6 - O não pagamento das faturas e das despesas decorrentes da execução deste Contrato até a data de seu vencimento sujeitará a CONTRATANTE às penalidades estabelecidas nos termos da lei, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, incluindo-se multa de 2%, juros de 1% ao mês e correção monetária.

4.7 - Na ocorrência de inadimplência, aqui incluído o não pagamento de qualquer valor devido pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá encerrar os Serviços e/ou bloquear o acesso ao(s) Sistema(s),

J



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA
OLHAS N.º 37
SERVIDOR (A) C. M. 000043

retendo todos os recebimentos realizados sob os presentes termos e cobrar valores e custas devidos pela CONTRATANTE.

4.8 - O valor recebido pela CONTRATADA fora dos prazos e condições previstos neste Contrato, será havido como mera tolerância e não importará em novação estipulado no presente instrumento desta Cláusula;

4.9 - O valor das faturas será indicado em moeda corrente, no território nacional;

4.10 - A CONTRATADA poderá, a seu critério, emitir títulos de créditos representativos de valores, devidamente faturados na forma deste Contrato, ficando a CONTRATANTE obrigada a aceitá-los;

4.11 - O uso do(s) Sistema(s) aqui licenciado(s) está vinculado ao pagamento dos valores acordados. Portanto, a execução de qualquer sistema, módulo ou software ora licenciado em desacordo com as previsões do presente instrumento será considerada pirataria de software;

4.12 - As despesas resultantes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

GovNet – Planejamento Municipal, Execução Orçamentária, Gestão Financeira, Controle Contábil; PPA; LDO; LOA; Folha de Pagamento e RH; Gestão de Materiais e Almoxarifado; Patrimônio; Frota e Veículos; Transparência LC 131; Tributos; Licitação; Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e); Declaração Eletrônica de ISSQN

5 - RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DAS PARTES

CONTRATADA:

Limitações

5.1 - A CONTRATADA reserva-se o direito de modificar as especificações técnicas do(s) Sistema(s) licenciado(s), sem alterações na remuneração prevista por este Contrato. As modificações constarão do arquivo readme.txt ou outro que o valha, que acompanhará a versão que implementará as modificações, sendo essa considerada a forma de comunicação das modificações;

5.2 - A CONTRATADA não será responsabilizada por eventuais falhas, problemas, interrupções e/ou suspensões dos Serviços decorrentes de falhas ou fatos atribuíveis à rede pública e/ou privada de telecomunicações, à fornecedora de energia elétrica, ou a terceiros, sem prejuízo das pessoas já elencadas na cláusula, atribuídas a os computadores e equipamentos e prepostos da CONTRATANTE;

5.3 - A CONTRATADA não terá responsabilidade sobre eventuais danos diretos, indiretos, especiais, punitivos, incidentais ou conseqüências, ou danos por lucros perdidos, perda de rendimento, perda de uso, perda de dados, invasões não autorizadas à rede interna aos seus arquivos e equipamentos, perda de oportunidades, ou perda por qualquer outro dano comercial, derivados ou relacionados ao uso, confiança, falta de habilidade no uso, performance, ou não-performance da informação, dados ou todos os outros Serviços que aparecem relacionados de qualquer forma ao(s) Sistema(s), sejam estes danos derivados de Contrato, negligência, imperícia ou imprudência, mesmo que a CONTRATADA tenha sido avisada da possibilidade de tais danos.

responsabilidades

5.4 - A CONTRATADA responsabiliza-se por:

A) Instalar o(s) Sistema(s) em local e/ou equipamentos pré-definidos e informados por escrito a pela CONTRATANTE;



B) CONTRATADA obriga-se a promover o treinamento de utilização do Sistema de até 05 (cinco) prepostos do CONTRATANTE, por este designados para tanto, em momento e local a ser acordado entre as partes;

B.1. Agendado o treinamento, a CONTRATADA o promoverá independentemente de quantos prepostos do CONTRATANTE encontrarem-se no local, desde que respeitado o limite máximo constante do caput desta cláusula. Caso nenhum preposto compareça ao local designado para a realização do treinamento, este será considerado como efetivamente promovido;

B.2. A realização de novo(s) treinamento(s) implicará na obrigação do CONTRATANTE de arcar com as custas relativas ao pagamento da remuneração respectiva à CONTRATADA;

B.2.1. Treinar um gerente de sistemas com acesso total a todos os recursos do(s) sistema(s), na forma descrita na cláusula anterior;

B.2.2. A prestação ininterrupta e eficaz do Serviço, objeto deste Contrato, desde que tenham sido atendidas as condições necessárias para tal, excluindo-se as limitações de responsabilidades já descritas, bem como as eventuais paralisações necessárias à manutenção do sistema;

C) A DOMÍNIO PÚBLICO disponibilizará à CONTRATANTE cópia dos dados processados pelo(s) Sistema(s), em formato XML, que é acessível por diversas ferramentas disponíveis no mercado, desde que seja fornecido pela contratante o Banco de Dados. Tais dados só serão entregues em outro formato a critério exclusivo da CONTRATADA e mediante acordo financeiro independente deste instrumento, com pagamento antecipado.

CONTRATANTE:

Responsabilidades

5.5 - A CONTRATANTE responsabiliza-se pelo(a):

5.5.1 - A Implementação de medidas de segurança que visem proteger seus dados e/ou equipamentos;

5.5.2 - O Funcionamento de seu complexo de *hardware* e *software*, bem como pela correta atuação e conduta de seus funcionários, incluindo-se a manutenção de equipamentos e de redes livres de vírus, cavalos-de-troia e programas semelhantes;

5.5.3 - O Uso do(s) Sistema(s) de maneira indevida ou fraudulenta, mesmo auxiliando ou permitindo que outros o façam. Para os fins do presente, abuso, uso indevido ou uso fraudulento incluem, mas não se limitam a:

- Obtenção ou tentativa de obtenção dos Serviços através de quaisquer meios ou equipamentos com a intenção de evitar o pagamento do preço deste Contrato;

- Acesso à alteração ou destruir quaisquer informações de outro cliente através de qualquer meio ou equipamento, ou a tentativa de fazê-lo;

- Alterar, ajustar ou reparar o(s) software(s) componente(s) do Sistema objeto do presente instrumento, por si ou mediante terceiros. Alterações, ajustes ou reparos não autorizados isentarão a LICENCIANTE de qualquer responsabilidade ou obrigação contratual ou extracontratual referente ao Sistema, sem prejuízo da responsabilidade do LICENCIADO, perante a LICENCIANTE, por perdas e danos, lucros cessantes e violação a direito autoral;

- Efetuar engenharia reversa, descompilação, desmontagem, modificação, tradução e/ou criar ou desenvolver obras derivadas do(s) software(s) componente(s) do Sistema objeto do presente instrumento.

J.



- Todas e quaisquer despesas necessárias para eventuais adaptações e/ou manutenção do(s) Sistema(s), ou suporte na sede da CONTRATANTE, quando fora do objeto deste contrato.

6 - ASSISTENCIA TECNICA

6.1 - Durante o período de vigência do presente, a LICENCIANTE encontra-se obrigada a prestar assessoria técnica e manutenção corretiva do Sistema, nos termos explicitados neste contrato, notadamente nas cláusulas nona e décima e seus parágrafos respectivos.

6.2 - A assessoria técnica consiste na divulgação de informações de atualização das versões do Sistema objeto do presente, nos termos da cláusula sétima, assim como na análise e eliminação de eventuais falhas que se manifestem no funcionamento do Sistema, mediante atendimento técnico por telefone, desde que respeitado o prazo constante deste.

6.3 - A manutenção corretiva consiste em corrigir falhas e/ou executar eventuais alterações que se façam necessárias para o bom funcionamento do Sistema.

6.3.1 - A título de manutenção corretiva, a LICENCIANTE responsabiliza-se tão-somente pela correção de falhas e/ou vícios atinentes a alterações da legislação em vigor e/ou decorrentes de problemas ocorridos quando da instalação do Sistema.

6.3.2 - Os serviços de manutenção corretiva serão efetuados pela LICENCIANTE, dentro dos horários comerciais, a saber, das 07:00h (sete) às 13:00h (treze) horas, no período matutino, e das 14:00h (quatorze) às 18:00 (dezoito) horas, no período vespertino, apenas nos dias úteis.

6.3.3 - Os serviços de manutenção corretiva podem ser prestados na sede da LICENCIANTE ou na sede do LICENCIADO, restando tal escolha a critério exclusivo dos técnicos responsáveis pela manutenção.

7 - CONFIDENCIALIDADE

7.1 - As Partes concordam que as informações processadas pelo sistema são estritamente confidenciais e não serão divulgadas a quaisquer indivíduos, sociedades ou instituições, exceto se:

- A revelação seja exigida por autoridade governamental, principalmente pelos Tribunais de Contas (União, Estado e/ou Município) competente, sob pena de ser caracterizada desobediência ou outra ilegalidade. Nestas hipóteses, o material a ser revelado deverá ser objeto de toda a proteção governamental ou judicial aplicável, devendo a Parte que estiver obrigada a revelar tais informações, notificar a outra Parte com antecedência;
- A revelação seja expressamente autorizada pela outra Parte.

7.2 - Cada Parte se compromete a não utilizar, exceto mediante prévia e expressa anuência por escrito do respectivo titular, qualquer nome, marca, logotipo ou símbolo de propriedade da outra parte e/ou dos fornecedores desta, nem fazer qualquer declaração ou referência que indique a existência de qualquer vínculo ou relação contratual ou comercial com as mesmas, sem que tal referência ou declaração seja previamente acordada, por escrito, pela outra parte e/ou fornecedores desta, conforme o caso;

7.3 - A CONTRATADA é titular de todos os direitos patrimoniais e extrapatrimoniais referentes ao Sistema, notadamente aqueles inerentes à propriedade intelectual;

7.4 - A CONTRATANTE utilize e faça gozo do Sistema nos limites estabelecidos no presente instrumento, expressamente vedada qualquer tipo de distribuição do produto, seja a que título for temporário ou definitivo, oneroso ou gratuito.

7.5 - O CONTRATANTE reconhece expressamente que os sistemas, assim como os logotipos, marcas, insígnias, símbolos, sinais distintivos, manual(is), documentação técnica associada e quaisquer outros



000046

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAU

FOLHAS Nº 70

SERVIDOR (A)

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAU

materiais correlatos a CONTRATADA, constituem, conforme o caso, direitos autorais, segredos comerciais, e/ou direitos de propriedade da CONTRATADA ou seus licenciadores, sendo tais direitos protegidos pela legislação nacional e internacional aplicável à propriedade intelectual e aos direitos autorais, especialmente pelo que contém as Leis números 9.609 e 9.610, de 19.22.98. RESCISÃO

8 - RESCISÃO

8.1 - Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato, antecipadamente ao término da vigência indicada na Cláusula SEGUNDA, desde que seja comunicado, por escrito, à outra, com uma antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias, sem nenhum ônus para as Partes. Sendo essa decisão tomada pela CONTRATANTE, esta deverá quitar, com multa, juros e correção monetária, previstos nesse Contrato, todos os valores devidos à CONTRATADA, em função dos Serviços já prestados até a rescisão. Entretanto, caso seja da iniciativa da CONTRATADA, essa deverá sanear as solicitações da CONTRATANTE, na forma desse Contrato, pendentes de atendimento, além de receber os valores pendentes de pagamento da CONTRATANTE;

8.2 - A critério da parte prejudicada enseja também motivo de rescisão, de pleno direito, independente de qualquer aviso ou notificação, o descumprimento de qualquer Cláusula deste Contrato;

8.3 - Em qualquer das hipóteses de rescisão, à CONTRATADA caberá a desativação do(s) Sistema(s).

9 - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - O presente Contrato, aliado a todos e quaisquer outros contratos, documentos, arras ou instrumentos subsidiariamente celebrados, constituem o acordo integral entre as Partes;

9.2 - Todos os avisos e demais comunicações aqui exigidos ou permitidos serão por escrito e serão havidos como tendo sido devidamente transmitidos quando entregues em mãos ou quando despachados por telefax (confirmado por escrito por correspondência simultaneamente encaminhada pelo correio) à CONTRATADA;

9.3 - As Cláusulas deste Contrato que tenham por natureza caráter perene, especialmente as relativas a direito de propriedade intelectual e confidencialidade, sobreviverão ao término ou rescisão deste Contrato;

9.4 - A omissão ou tolerância das Partes, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

9.5 - As Partes expressamente declaram que não se estabelece, em razão do presente Contrato, vínculo empregatício e/ou previdenciário de qualquer natureza entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, de um lado, e seus empregados ou técnicos indicados para e/ou acompanhamento dos Serviços de que trata este instrumento, de outro lado, conforme o caso;

9.6 - Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo, mediante reunião das Partes para tal finalidade, devendo ser elaborado termo aditivo a este Contrato e assinado pelas Partes contratantes. [É obrigatória a inclusão de cláusulas que estabeleçam a observância da Lei nº 8.666/1993 e ao edital na execução do contrato (art. 58 da Lei nº 8.666/1993)];

10 - FORO

Para todos os efeitos, será competente para dirimir conflitos entre as Partes, decorrentes do presente Contrato, fica eleito o foro da comarca de Umbaúba do Estado de Sergipe, conforme



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBÁÚBA

M 000047

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBÁÚBA
FOLHAS Nº 02

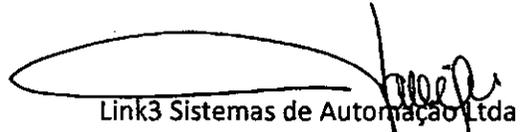
SERVIDOR (A) _____

regulado pelos termos e condições aqui estabelecidos, cabendo à parte vencida pagar os advogados da parte vencedora.

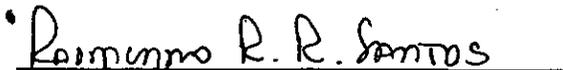
E assim, por estarem justas e contratadas, as Partes celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços em 02 (dois) vias de igual teor e forma, as quais devem ser consideradas como originais, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo.

Umbaúba - SE, 03 de janeiro de 2020.


Município de Umbaúba
Humberto Santos Costa
Prefeito Municipal
Contratante


Link3 Sistemas de Automação Ltda
Roberto Carlos Cordeiro de Oliveira
Sócio Administrador
Contratado

Testemunhas:


CPF 661.737.795-87


CPF 343.544.925-04



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CONTRATO Nº. 026/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI, E, DO OUTRO, A EMPRESA LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA, DECORRENTE DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2020.

O MUNICÍPIO DE ITABI, por intermédio de sua **Prefeitura**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.113.063/0001-04, com sede na Praça Teófilo Batista de Melo, nº. 65 – Centro, Itabi/SE – CEP 49.870-000, Estado de Sergipe, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Ilustríssimo Prefeito Municipal, o Senhor **MANOEL OLIVEIRA SILVA**, e a empresa **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA**, localizada à Praça Jackson Figueiredo, 017, Centro, Itaporanga D’Ajuda, Cep: 49.120-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.692.672/0001-85, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela sua representante legal, a Sr. **Roberto Carlos Cordeiro de Oliveira**, têm justo e acordado entre si o presente Contrato de Prestação de Serviços, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato tem por objetivo a prestação de SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E O SUPORTE PÓS-IMPLANTAÇÃO, ICLUINDO A CONVERSÃO DE DADOS E TREINAMENTO AOS USUÁRIOS, DOS SISTEMAS MÓDULO DE PLANEJAMENTO; SISTEMA DE CONTABILIDADE; GESTÃO FINANCEIRA; PPA; LDO e LOA, de acordo com as especificações constantes da Inexigibilidade de Licitação nº. 003/2020 e seus anexos, e proposta do Contratado, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº. 8.666/93, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).

Os serviços serão executados de acordo com as necessidades da **Secretaria Municipal de Finanças de Itabi**, visando à perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato, sob a forma de execução indireta mediante empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI pagará a CONTRATADA, a importância total de **R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscientos reais)** por mês, perfazendo um total global de **R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais)** na tesouraria da Prefeitura, após autorização da Senhor Secretário.

ITEM	DESCRIÇÃO SERVIÇO	UND	QTDE	V. UNIT.	V. TOTAL
01	MÓDULO GOVNET - CONTABILIDADE	MÊS	12		
02	MÓDULO FOLHA DE PAGAMENTO E RH	MÊS	12		
03	FROTA DE VEÍCULOS	MÊS	12		
04	MODULO LICITAÇÕES E CONTRATOS	MÊS	12		



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

05	MÓDULO MATERIAIS E ALMOXARIFADO	MÊS	12		
06	MODULO BENS PATRIMONIAIS	MÊS	12		
07	MÓDULO GESTÃO DE CONTRATOS	MÊS	12		
08	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETÔNICOS (NFS-E)	MÊS	12		
09	PUBLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 131/2009	MÊS	12		
10	IMPLANTAÇÃO/MIGRAÇÃO/TREINAMENTO	MÊS	12		
VALOR R\$:				5.600,00	67.200,00

- Quanto aos honorários de sucumbência obedecer-se-á ao estabelecido no artigo 22 e § 3º do artigo 24 da Lei nº. 8.906/94.
- O preço acordado e constante nesta Cláusula é fixo, não sofrendo qualquer reajuste no período contratado. Caso o Contrato venha a ser prorrogado, o valor poderá ser reajustado, mediante acordo entre as partes, com base na variação do INPC, desde que compatível com o preço de mercado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, contados a partir de 02 de janeiro de 2020.

Parágrafo único - O prazo contratual acima mencionado poderá ser, excepcionalmente, prorrogado na ocorrência das hipóteses previstas nos incisos do art. 57, §1º da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

Os serviços deverão ser executados no período de vigência do contrato, na sede da Contratada e nos locais que se fizerem necessários, e o seu recebimento dar-se-á de acordo com o disposto no art. 73, I, a e b, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei n.º 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento da Prefeitura, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UO: 04004: SECRETARIA DE FINANÇAS

AÇÃO: 04.123.0021: 2007: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

3390.39.00: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 1001

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

O Contratado, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Prestar os serviços profissionais constantes da clausula primeira deste instrumento e na forma exigida para sua execução.
- Poderá o CONTRATADO, no caso de necessidade ou impedimentos, e visando dar cumprimento a pratica dos atos inerentes ao objeto deste Contrato, proceder ao



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

substabelecimento, a quem julgar conveniente, dos poderes que lhe forem outorgados pela CONTRATANTE e que digam respeito ao presente instrumento.

➤ Manter, durante toda a execução do contrato, as obrigações inicialmente pactuadas.

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

➤ Através do seu representante legal, a CONTRATANTE compromete-se a fornecer em tempo hábil ao CONTRATADO todas as informações e documentos necessários ao fiel desempenho do presente Contrato.

➤ Havendo incidência de custas e demais despesas judiciais e/ou extrajudiciais, essas ocorrerão por conta exclusiva da CONTRATANTE, que será única responsável pelas conseqüências do não pagamento das mesmas nas épocas devidas.

➤ Se as questões exigirem serviços fora do Estado, correrão sempre por conta da contratante, quando necessário, as despesas de transporte, estadia e alimentação do CONTRATADO.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93)

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, a Contratante poderá aplicar ao Contratado as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº. 8.666/93.

§1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§2º - No caso de rescisão do Contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

§3º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos da Inexigibilidade de Licitação nº. 003/2020 que, simultaneamente:

- constam do Processo Administrativo que a originou;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

• não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei nº. 8.666/93;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Gararu, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Itabi/SE, 02 de janeiro de 2020.

MANOEL OLIVEIRA SILVA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE


LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA
Roberto Carlos Cordeiro de Oliveira
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ CPF: _____

_____ CPF: _____



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS

CONTRATO 03/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS
ESPECIALIZADOS EM SISTEMAS PARA
GESTÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL,
NA FORMA ABAIXO:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número: 13.096.029/0001-60, localizada na Praça da Bandeira, 81, neste ato, representada pelo senhor Prefeito **JOÃO DANTAS DOS SANTOS**, brasileiro, maior, capaz, portador do RG nº 502.090 2ª via SSP/SE e CPF nº. 276.255.245-15, neste município, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA - EPP**, localizada à Praça Jackson Figueiredo, nº 0017, Sala 03, Bairro Centro, na Cidade de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, CEP 49.120-000, inscrita no CNPJ nº. 21.692.672/0001-85, representada pela Sra. **Joelma Cordeiro Oliveira**, portadora do CPF nº. 483.387.025-87 e RG. 0276513045 SSP/BA, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, fundamentado na Inexigibilidade nº **02/2019**, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais e as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Contrato: **Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em sistemas para gestão do Executivo Municipal.**

1.2. O objeto de que trata esta Cláusula limita-se aos recursos disponíveis no(s) módulo(s) de Sistema(s) licenciado(s) pela **CONTRATADA**.

1.3. A validade da licença de uso está limitada à vigência deste Contrato, bem como ao perfeito cumprimento dos termos ora avençados, notadamente à pontualidade do pagamento do preço indicado na Cláusula Quarta.

1.4. A **CONTRATADA** somente aceitará contestações sobre o funcionamento do(s) Sistema(s) por ela instalado(s), quando estes não estiverem atendendo aos requisitos legais e pela gestão indicados na de acordo com sua necessidade contratada, ou seja, quando, comprovadamente, ocorrerem problemas na instalação, desenvolvimento e execução do serviço.

2. CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

3. CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. A **CONTRATANTE** pagará mensalmente à **CONTRATADA**, pela licença de uso indicados na Cláusula Primeira, os valores constantes da tabela abaixo:





**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS**

ITEM	IMPLANTACAO	UND	QTD	LINK3	LINK3
01	Migração Dados e Customizações	Serv	01	0,00	0,00
02	Implantação, Capacitação e Treinamento	Serv	01	0,00	0,00
03	Manutenção, Atendimento e Suporte	Serv	01	0,00	0,00
					0,00
ITEM	MÓDULOS GOVNET	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR GLOBAL
4	Folha de Pagamento	Mês	12	R\$ 710,00	R\$ 8.520,00
5	Gestão de Tributos	Mês	12	R\$ 1.055,50	R\$ 12.666,00
6	Contabilidade	Mês	12	R\$ 1.380,00	R\$ 16.560,00
7	Compras	Mês	12	R\$ 685,00	R\$ 8.220,00
8	Gestão de RH	Mês	12	R\$ 690,50	R\$ 8.286,00
9	Frotas e Veículos	Mês	12	R\$ 445,00	R\$ 5.340,00
10	Materiais e Almoxarifado	Mês	12	R\$ 613,00	R\$ 7.356,00
11	Nota Fiscal Eletrônica	Mês	12	R\$ 970,00	R\$ 11.640,00
12	Bens Patrimoniais	Mês	12	R\$ 490,00	R\$ 5.880,00
13	Gestão Contra Cheque e Ficha Financeira	Mês	12	R\$ 495,00	R\$ 5.940,00
14	Transparência LC 131	Mês	12	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
15	Licitação	Mês	12	R\$ 790,00	R\$ 9.480,00
TOTAL MENSAL					R\$ 8.674,00
VALOR TOTAL					R\$ 104.088,00

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS REAJUSTES E REVISÃO DOS PREÇOS

- 4.1 Os preços propostos pela CONTRATADA para o objeto do presente, permanecerão irremovíveis durante vigência deste contrato. No caso de haver prorrogação do Contrato, os preços poderão ser reajustados, de acordo com a variação do índice do INPC registrado pela Fundação Getúlio Vargas e a variação de mercado, devidamente comprovados pela CONTRATADA.
- 4.2 Se durante o período do contrato ocorrer aumento de preços, pela variação excepcional de mercado, no objeto ora contratado, em conformidade com a legislação pertinente, os mesmos serão readequados, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, devendo a comprovação ser feita pela apresentação ao CONTRATANTE, por parte da CONTRATADA, de toda documentação e contabilidade, em razão que autoriza o referido aumento;
- 4.3 A CONTRATADA obriga-se a repassar ao CONTRATANTE todos os preços e vantagens ofertados ao mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que os vigentes.
- 4.4 O não pagamento das faturas e das despesas decorrentes da execução deste Contrato até a data de seu vencimento sujeitará a CONTRATANTE às penalidades estabelecidas nos termos da lei, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, incluindo-se multa de 2%, juros de 1% ao mês e correção monetária.
- 4.5 Na ocorrência de inadimplência, aqui incluído o não pagamento de qualquer valor devido pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá encerrar os Serviços e/ou bloquear o acesso ao(s) Sistema(s), restando todos os recebimentos realizados sob os presentes termos e cobrar valores e custos devidos pela CONTRATANTE.
- 4.6 O valor recebido pela CONTRATADA fora dos prazos e condições previstos neste Contrato, será havido como mera tolerância e não importará em novação estipulado no presente



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINÓPOLIS**

Instrumento desta Cláusula; O valor das faturas será indicado em moeda corrente, no território nacional;

4.7 O uso do(s) Sistema(s) aqui licenciado(s) está vinculado ao pagamento dos valores acordados. Portanto, a execução de qualquer sistema, módulo ou software ora licenciado em desacordo com as previsões do presente Instrumento será considerada pirataria de software;

4.8 As despesas resultantes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

3015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

3016 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

3002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO

6315 - Manutenção da Secretaria de Finanças

6316 - Manutenção da Secretaria Mun. de Adm. e Planejamento - SEMAP

6324 - Manutenção da Secretaria de Transporte e Trânsito

3390.40.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1001

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES GERAIS E ESPECÍFICAS DAS PARTES

5.1. À CONTRATADA:

5.1.1. A CONTRATADA reserva-se o direito de modificar as especificações técnicas do(s) Sistema(s) licenciado(s), sem alterações na remuneração prevista por este Contrato. As modificações constarão do arquivo readme.txt ou outro que o valha, que acompanhará a versão que implementará as modificações, sendo essa considerada a forma de comunicação das modificações, sem importar prejuízo ao serviço-fim específico ora contratado para a Administração.

5.1.2 A CONTRATADA será responsabilizada por eventuais falhas, problemas, interrupções e/ou suspensões dos serviços decorrentes de falhas do sistema e software desenvolvido e fornecido, para a execução de cada objeto deste contrato, sem, contudo, ser responsabilizada por danos causados decorrentes de falhas ou fatos atribuíveis do serviços de comunicação (telefone e internet), ou ainda, por fornecedora/concessionária de energia elétrica, ou a terceiros, sem prejuízo da responsabilização subsidiária das pessoas que irão trabalhar diretamente com os softwares/sistemas de programa de dados, computadores e equipamentos da CONTRATANTE;

5.2 A CONTRATADA responsabilizar-se-á ainda por:

5.2.1 Instalar o(s) Sistema(s) em local e/ou equipamentos pré-definidos e informados por escrito pela CONTRATANTE;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINÓPOLIS**

5.2.2 Promover o treinamento de utilização do Sistema de até 5 (cinco) prepostos/servidores, por cada software desenvolvido, do CONTRATANTE, por este designados para tanto, em momento e local a ser acordado entre as partes;

5.2.3 Agendado o treinamento, a CONTRATADA o promoverá independentemente de quantos prepostos do CONTRATANTE encontrarem-se no local, desde que respeitado o limite máximo constante do caput desta cláusula. Caso nenhum preposto compareça ao local designado para a realização do treinamento, este será considerado como efetivamente promovido;

5.2.4 A realização de novo(s) treinamento(s) implicará na obrigação do CONTRATANTE de arcar com as custas relativas ao pagamento da remuneração respectiva à CONTRATADA;

5.2.5 Treinar um gerente de sistemas com acesso total a todos os recursos do(s) sistema(s), na forma descrita na cláusula anterior;

5.2.6 A prestação ininterrupta e eficaz do Serviço, objeto deste Contrato, desde que tenham sido atendidas as condições necessárias para tal, excluindo-se as limitações de responsabilidades já descritas, bem como as eventuais paralisações necessárias à manutenção do sistema;

5.2.7 A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE cópia dos dados processados pelo(s) Sistema(s), em formato XML, que é acessível por diversas ferramentas disponíveis no mercado, desde que seja fornecido pela contratante o Banco de Dados. Tais dados só serão entregues em outro formato quando solicitada pelo CONTRATANTE, independente de novo acordo financeiro, sob pena de responsabilização dos danos causados ao serviços público deste CONTRATANTE, considerando que tais dados pertencem a esta Gestão Pública, só e somente só a esta, uma vez que entende-se como patrimônio essencial ao desenvolvimento de ações básicas da gestão, sob as penas da lei.

5.2.8 Sempre que necessário e solicitado, fica obrigada a CONTRATADA em fornecer a base de dados para a migração dos dados pertencentes a esta administração pública CONTRATANTE, sem ressalvas, com arquivo de extensão compatível para qualquer forma de programa/sistema, migrável para qualquer outro sistema, uma vez que estes dados pertence à Gestão Pública, sendo intransmissíveis e vedado a sua utilização sem autorização expressa do gestor responsável, sob pena da responsabilização civil e criminal, não podendo acarretar qualquer prejuízo na transmissão desses dados, para a execução dos serviços públicos essenciais.

5.3 A CONTRATANTE responsabilizar-se-á por:

5.3.1 Implementação de medidas de segurança que visem proteger seus dados e/ou equipamentos;

5.3.2 Funcionamento de seu complexo de hardware e software, bem como pela correta atuação e conduta de seus funcionários, incluindo-se a manutenção de equipamentos e de redes livres de vírus, Cavalos-de-Tróia e programas semelhantes;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINÓPOLIS**

5.3.3 Uso dos Sistema(s) de maneira indevida ou fraudulenta, mesmo auxiliando ou permitindo que outros o façam. Para os fins do presente, abuso, uso indevido ou uso fraudulento incluem, mas não se limitam a:

5.3.4 Obtenção ou tentativa de obtenção dos Serviços através de quaisquer meios ou equipamentos com a intenção de evitar o pagamento do preço deste Contrato;

5.3.5 Acesso à alteração ou destruir quaisquer informações de outro cliente através de qualquer meio ou equipamento, ou a tentativa de fazê-lo;

5.3.6 Alterar, ajustar ou reparar o(s) software(s) componente(s) do Sistema objeto do presente instrumento, por si só ou mediante terceiros. Alterações, ajustes ou reparos não autorizados isentarão a LICENCIANTE de qualquer responsabilidade ou obrigação contratual ou extracontratual referente ao Sistema, sem prejuízo da responsabilidade do LICENCIADO, perante a LICENCIANTE, por perdas e danos, lucros cessantes e violação a direito autoral;

5.3.7 Efetuar engenharia reversa, descompilação, desmontagem, modificação, tradução e/ou criar ou desenvolver obras derivadas do(s) software(s) componente(s) do Sistema objeto do presente instrumento;

5.3.8 Todas e quaisquer despesas necessárias para eventuais adaptações e/ou manutenção do(s) Sistema(s), ou suporte na sede da CONTRATANTE, serão de sua inteira responsabilidade.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1. Durante o período de vigência do presente, a LICENCIANTE encontra-se obrigada a prestar assessoria técnica e manutenção corretiva do Sistema, nos termos explicitados neste contrato, notadamente nas cláusulas nona e décima e seus parágrafos respectivos.

6.1. A assessoria técnica consiste na divulgação de informações de atualização das versões do Sistema objeto do presente, nos termos da cláusula sétima, assim como na análise e eliminação de eventuais falhas que se manifestem no funcionamento do Sistema, mediante atendimento técnico por telefone, desde que respeitado o prazo constante da cláusula oitava.

6.2. A manutenção corretiva consiste em corrigir falhas e/ou executar eventuais alterações que se façam necessárias para o bom funcionamento do Sistema, desde que respeitado o prazo constante da cláusula oitava.

6.3. A título de manutenção corretiva, a LICENCIANTE responsabiliza-se tão-somente pela correção de falhas e/ou vícios atinentes a alterações da legislação em vigor e/ou decorrentes de problemas ocorridos quando da instalação do Sistema.

6.4. Os serviços de manutenção corretiva serão efetuados pela LICENCIANTE, dentro dos horários comerciais, a saber, das 8:00h (oito horas) às 12:00h (doze horas), no período matutino, e das 14:00h (quatorze horas) às 18:00h (dezoito horas), no período vespertino, apenas nos dias úteis.

4

M 000058



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS**

6.5. Os serviços de manutenção corretiva podem ser prestados na sede da LICENCIANTE ou na sede do LICENCIADO, restando tal escolha a critério exclusivo dos técnicos responsáveis pela manutenção.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONFIDENCIALIDADE

7.1 As Partes concordam que as informações processadas pelo sistema são estritamente confidenciais e não serão divulgadas a quaisquer indivíduos, sociedades ou instituições, exceto se:

- A revelação seja exigida por autoridade governamental, principalmente pelos Tribunais de Contas (União, Estado e/ou Município) competentes, sob pena de ser caracterizada desobediência ou outra ilegalidade. Nestas hipóteses, o material a ser revelado deverá ser objeto de toda a proteção governamental ou judicial aplicável, devendo a Parte que estiver obrigada a revelar tais informações, notificar a outra Parte com antecedência;
- A revelação seja expressamente autorizada pela outra Parte.

7.2. Cada Parte se compromete a não utilizar, exceto mediante prévia e expressa anuência por escrito do respectivo titular, qualquer nome, marca, logotipo ou símbolo de propriedade da outra parte e/ou dos fornecedores desta, nem fazer qualquer declaração ou referência que indique a existência de qualquer vínculo ou relação contratual ou comercial com as mesmas, sem que tal referência ou declaração seja previamente acordada, por escrito, pela outra parte e/ou fornecedores desta, conforme o caso;

7.3. A CONTRATADA é titular de todos os direitos patrimoniais e extrapatrimoniais referentes ao Sistema, notadamente aqueles inerentes à propriedade intelectual, salvaguardados os dados inseridos nos sistemas, os quais pertencem a Administração CONTRATANTE.

7.4. A CONTRATANTE poderá utilizar e fazer uso e gozo do Sistema nos limites estabelecidos no presente instrumento, expressamente vedada qualquer tipo de distribuição do produto, seja a que título for, temporário ou definitivo, oneroso ou gratuito.

7.5. O CONTRATANTE reconhece expressamente que os sistemas, assim como os logotipos, marcas, insígnias, símbolos, sinais distintivos, manual(is), documentação técnica associada e quaisquer outros materiais correlatos a CONTRATADA, constituem, conforme o caso, direitos autorais, segredos comerciais, e/ou direitos de propriedade da CONTRATADA ou seus licenciadores, sendo tais direitos protegidos pela legislação nacional e internacional aplicável à propriedade intelectual e aos direitos autorais, especialmente pelo que contém as Leis números 9.609 e 9.610, de 19.22.98.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

4



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS**

8.1 A execução dos serviços do presente Contrato será fiscalizada pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços contratados.

8.2. À FISCALIZAÇÃO compete, entre outras atribuições:

- I - Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato;
- II - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos empregados são adequados, para garantir a qualidade desejada;
- III - Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente dos preços;
- IV - Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

8.3. A ação da FISCALIZAÇÃO não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

9. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

9.2. O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art 73, inciso I, letra "a", "b", da lei 8.666/93, com alterações posteriores;

9.3. O serviço executado em desacordo com o estipulado no instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso;

9.4. Caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Cristinápolis, o recebimento e o atestado de conformidade da(s) Nota(s) Fiscal(is) Fatura(s) correspondentes ao executado

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.2. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante apresentação das notas fiscais/faturas dos serviços objeto do Contrato. As referidas notas fiscais deverão ser apresentadas com um intervalo mínimo de 05 (cinco) dias consecutivos do seu vencimento, no protocolo desta Prefeitura, acompanhadas da seguinte documentação hábil à quitação: Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) contendo o atesto que os serviços foram executados; a Certidão Negativa Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União abrangendo as Contribuições Sociais abrangendo os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 conforme Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1.751, de 02/10/2014; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal e Certidão Negativa de Débitos Estaduais junto à Fazenda Estadual, Municipal e CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST);

10.3. Eventuais pagamentos efetuados, a maior ou a menor, em virtude de erro no faturamento, poderão ser compensados nas faturas seguintes;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS**



10.4. Na hipótese de estarem os documentos discriminados no item 10.2 com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo ao CONTRATANTE nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento;

10.5. Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que a CONTRATADA apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, o Contrato será rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, ficando assegurado à CONTRATADA, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos produtos efetivamente fornecidos e atestados na forma do item 10.2.

10.6. No caso de pagamento não ser efetuado no prazo acima fixado, tendo o CONTRATANTE dado causa ao atraso, o valor do débito será atualizado, desde a data prevista para a sua liquidação até a data do efetivo pagamento e a CONTRATADA fará jus a: a) multa moratória de 2%; b) juros moratórios de 1% ao mês, calculados pro-rata-die; e c) correção monetária calculada pro-rata-die, com base na variação do INPC;

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer débito referente à eventual irregularidade, inadimplência ou penalidade;

10.8. O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe a Lei nº 8.666/93 em seu artigo 5º;

10.9. No ato do pagamento, o Município de Cristinápolis observará o disposto na Lei Municipal nº 748, de 18 de Dezembro de 2018, e se couber, fará a cobrança da taxa de 1,0%(um por cento) sobre o valor contratado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 No caso de atraso injustificado ou inexecução, total ou parcial, do compromisso assumido constante da íntegra deste termo de contrato, com a CONTRATANTE, as sanções administrativas aplicadas à GONTRATADA serão:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11.2. A multa será aplicada até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela mensal do atraso e, no caso de atraso não justificado devidamente, cobrar-se-á 1% (um por cento) por dia, sobre o valor mensal da respectiva parcela afetada, o que não impedirá, a critério da Prefeitura, a aplicação das demais sanções a que se refere esta cláusula, podendo a multa ser cobrada diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS**

11.3. Caso a CONTRATADA venha a falhar ou fraudar a execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

11.4. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, ficando sua aceitação a critério do CONTRATANTE.

11.5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTRATO E RESPECTIVAS ALTERAÇÕES

12.1. Compete a ambas as partes de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93, com alterações posteriores e em outras disposições legais pertinentes, realizar, mediante Termo Aditivo e/ou Termo de Re-Ratificação, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

12.2. A critério do CONTRATANTE e em função das necessidades dos serviços, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do Contrato.

12.3. A Administração poderá cancelar a Nota de Empenho que vier a ser emitida, em decorrência do Dispensa e rescindir o correspondente Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, ficando assegurado o contraditório e o direito de defesa:

a) For requerida ou decretada a falência ou liquidação da CONTRATADA, ou quando ela for atingida por execução judicial, ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômica e financeira;

b) A Contratada for declarada inidônea ou punida com proibição de licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Pública;

c) Em cumprimento de determinação administrativa ou judicial que declare a nulidade da adjudicação.

12.4. Em caso de Recuperação Judicial, o Contrato poderá ser mantido, se a CONTRATADA oferecer garantias que sejam consideradas adequadas e suficientes para o satisfatório cumprimento das obrigações por ela assumidas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

13.1. O presente Contrato poderá ser denunciado, por acordo entre as partes, mediante notificação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e rescindido, a juízo do CONTRATANTE, nos casos previstos no Art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores, reconhecidos os direitos e deveres da Administração Pública e a supremacia do interesse público, amparados constitucionalmente;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS**

13.2. Em razão da rescisão, deverá ser observados todos os termos previstos nesse Contrato, todos os valores devidos à CONTRATADA, em função dos Serviços prestados até a rescisão. Entretanto, caso seja da iniciativa da CONTRATADA, essa deverá sanear as solicitações da CONTRATANTE, na forma desse Contrato, pendentes de atendimento, além de receber os valores pendentes de pagamento da CONTRATANTE;

13.3. A critério da parte prejudicada enseja também motivo de rescisão, de pleno direito, independente de qualquer aviso ou notificação, o descumprimento de qualquer Cláusula deste Contrato;

13.4. Em qualquer das hipóteses de rescisão, à CONTRATADA caberá à desativação do(s) Sistema(s) e fornecimento da BASE DE DADOS DE TODOS OS SOFTWARES CONTRATADOS, com extensão e base de dados migrável para todo e qualquer sistema ou programa de informática futuro, de forma que não prejudique nem atrase os serviços de utilidade pública da ora CONTRATANTE, sob pena de responsabilização esculpidas na CLAUSULA ONZE, independentemente da esfera civil e criminal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O presente Contrato, aliado a todos e quaisquer outros contratos, documentos, arras ou instrumentos subsidiariamente celebrados, constituem o acordo integral entre as Partes;

14.2. Todos os avisos e demais comunicações aqui exigidos ou permitidos serão por escrito e serão havidos como tendo sido devidamente transmitidos quando entregues em mãos ou quando despachados por telefax (confirmado por escrito por correspondência simultaneamente encaminhada pelo correio) à CONTRATADA;

14.3. As Cláusulas deste Contrato que tenham por natureza caráter perenes, especialmente as relativas a direito de propriedade intelectual e confidencialidade, sobreviverão ao término ou rescisão deste Contrato;

14.4. A omissão ou tolerância das Partes, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

14.5. As Partes expressamente declaram que não se estabelece, em razão do presente Contrato, vínculo empregatício e/ou previdenciário de qualquer natureza entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, de um lado, e seus empregados ou técnicos indicados para e/ou acompanhamento dos Serviços de que trata este instrumento, de outro lado, conforme o caso;

14.6. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo, mediante reunião das Partes para tal finalidade, devendo ser elaborado termo aditivo a este Contrato e assinado pelas Partes contratantes.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

f



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS**

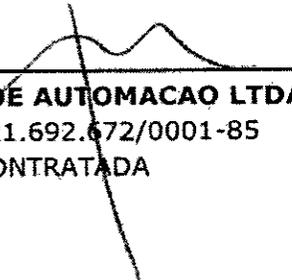
Para todos os efeitos, será competente para dirimir conflitos entre as Partes, decorrentes do presente Contrato, fica eleito o foro da cidade de Cristinápolis, Estado de Sergipe, conforme regulado pelos termos e condições aqui estabelecidos, cabendo à parte vencida pagar os advogados da parte vencedora.

E assim, por estarem justas e contratadas, as Partes celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços em 2 (duas) vias de igual teor e forma, as quais devem ser consideradas como originais, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

Cristinápolis Se, 03 de Janeiro de 2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS
 CNPJ: 13.096.029/0001-60
 CONTRATANTE



LINK3 SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA - EPP
 CNPJ nº: 21.692.672/0001-85
 CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. Maeli Dantas Soares
2. Miranda
EPF: 343.544.925-04



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

MINUTA DO CONTRATO



MINUTA DO CONTRATO n° XXX/2020/SEMAS/NS SOCORRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, E DO OUTRO, A LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP, NOS TERMOS ADIANTE DELINEADOS.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FMAS, inscrito no C.N.P.J sob o n° 14.810.888/0001-32, com sede na Rua Nossa Senhora de Fátima, n° 40, Centro, nesta Cidade de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, neste ato representado por Maria do Carmo Paiva da Silva, Secretária Municipal da Assistência Social, CPF n° 535.983.425-00, RG n° 05.005.978-55 SSP/BA, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP**, com sede na PC Jackson Figueiredo, n° 17, Sala 03, CEP: 49.120-000, Bairro Centro, Município de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, CNPJ:21.692.672/0001-85, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sr^a. **JOELMA CORDEIRO OLIVEIRA**, brasileira, maior, solteira, empresária, Portadora do RG. N° 02.765.130-45 SSP/BA e inscrito no CPF N° 483.387.025-87, têm justo e acordado entre si o presente Contrato de Serviço, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei n° 8.666/93).

O presente Contrato tem por objeto a **Execução dos Serviços em Licença de uso, Manutenção e o suporte Pós-Implantação, incluindo a conversão de dados dos sistemas: Módulo de Planejamento; Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; e do Portal da Transparência a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social**, de acordo com as especificações constantes do procedimento de inexigibilidade 002/2020 e seus anexos, e proposta da Contratada, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, de acordo com o art. 55, XI da Lei n° 8.666/93, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei n° 8.666/93).

Os serviços serão executados diretamente pela **CONTRATADA**, sob a forma de execução indireta, em regime por preço global, de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, visando à perfeita consecução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei n° 8.666/93).



A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância o valor mensal de **RS 2.100,00** (dois mil e cem reais), perfazendo o valor total de **RS 25.200,00** (vinte e cinco mil e duzentos reais). A composição dar-se-á da seguinte forma:

§1º - O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, por meio de crédito em conta corrente indicada pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor responsável pelo recebimento do serviço.

§2º - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Municipal, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS – CRF, além da CDNT.

§3º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§4º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§5º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O presente Contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo único - O prazo contratual acima mencionado poderá ser, excepcionalmente, prorrogado na ocorrência das hipóteses previstas nos incisos do art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93)

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento do Município de Nossa Senhora do Socorro, cujos valores estão previstos no Orçamento do exercício de 2020 consignados na seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 46001 – Secretaria Municipal de Assistência Social de Assistência Social

PROJETO ATIVIDADE: 2085 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

ELEMENTO DE DESPESA: 3390339040 – Serviços de Tecnologia da Informação

FONTE DE RECURSOS: 1001 – Ordinário



CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

6.1 A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- a- Prestar os serviços profissionais constantes da cláusula primeira deste instrumento.
- b- Manter, durante toda a execução do contrato, as obrigações inicialmente pactuadas.

6.2 A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- a- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- b- Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93;
- c- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93)

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93.

§1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§2º - No caso de rescisão do Contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.



§3º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos da Inexigibilidade que, simultaneamente:

- constam do Processo Administrativo que o originou;
- não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 8.666/93;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato; com renúncia expressa por qualquer outro.



E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Nossa Senhora do Socorro, (SE), XX de XXXXX de 2020

CONTRATANTE:

MARIA DO CARMO PAIVA DA SILVA
Secretária Municipal da SEMAS/FMAS

CONTRATADA:

LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP
CNPJ: 21.692.672/0001-85

TESTEMUNHAS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

H 000070
Procuradoria Geral de N. Sra. do Socorro

Recebido: 06/07/20

Rogério Santos Brasil
Assistente Administrativo

000800/2020

Ofício N° 471/2020

Nossa Senhora do Socorro - SE, 06 de julho de 2020.

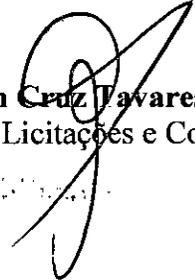
À Sua Excelência a Senhora
Viviane Sobral Freire Matos
Procuradora Geral do Município
Procuradoria Geral do Município – P.G.M.
NESTA

Ref.: Emissão de parecer sobre Inexigibilidade

Exma. Sra. Procuradora,

Estamos enviando a essa Procuradoria, processo em anexo, para análise e emissão de Parecer referente Inexigibilidade, que tem por objeto **Execução dos Serviços em Licença de uso, Manutenção e o suporte Pós-Implantação, incluindo a conversão de dados dos sistemas: Módulo de Planejamento; Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; e do Portal da Transparência a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, em respeito ao que dispõe o artigo 38 § único, da Lei nº. 8.666/93.**

Atenciosamente,


Adenilton Cruz Favares Santos
Setor de Licitações e Contratos



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

PARECER JURIDICO



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA

ACOLHO O PARECER Nº 319/2020
N.º SRA. DO SOCORRO-08/07/2020.

VIVIANNE SOBRAL FREIRE MATOS
PROCURADORA GERAL

PARECER JURÍDICO N. 319/2020 - PGM

PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE N.º 002/2020 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E O SUPORTE PÓS-IMPLANTAÇÃO, INCLUINDO A CONVERSÃO DE DADOS DOS SISTEMAS: MÓDULO DE PLANEJAMENTO; SISTEMA DE CONTABILIDADE; GESTÃO FINANCEIRA; PPA; LDO; LOA; E DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO - CONTRATADO: LINK3 SISTEMA DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP - CNPJ N.º 21.692.672/0001-85 - VALOR ESTIMADO: R\$ 25.200,00 (VINTE E CINCO MIL E DUZENTOS REAIS) - PRAZO: 12 (DOZE) MESES. - BASE LEGAL: ART. 25, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/93.

I - RELATÓRIO

A Procuradoria Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 4º, inciso I, da Lei Complementar 1.135/2015, consultada pela Coordenadoria do Setor de Licitações, em atendimento ao disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei Federal Nº. 8.666/93, vem se manifestar através do presente Parecer, procedendo ao exame prévio da Minuta do Contrato, nos seguintes termos:

Ab initio, cumpre esclarecer que a Procuradoria Geral do Município tem por atribuição legal analisar a Minuta do Contrato, nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, para verificação dos requisitos estabelecidos legalmente, cabendo aos órgãos competentes à elaboração das justificativas técnicas necessárias para fundamentar a regular celebração do contrato administrativo, além da elaboração de todo o processo de inexigibilidade.

mf



Governo Municipal
Nossa Senhora do Socorro
Sergipe

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA

Ademais, o procedimento vem instruído com os seguintes documentos: Ofício nº 471/2020 da Secretaria Municipal da Fazenda, Ofícios nº 976/2020 da Diretoria Financeira da SEMAS, Projeto Básico, justificativa, Proposta Técnica Comercial da Link3 Sistemas de Automação Ltda, Alvará de Funcionamento, Atestados de Capacidade Técnica da Proconta Consultoria e Assessoria em Contabilidade Pública EIRELI-EPP e do Município de Guanambi/BA, Contrato Social e a 2ª Alteração, Certidões Negativas de Débitos com a Justiça Estadual, Municipal e Federal, Certidão de Regularidade de FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Contratos com os Municípios de Umbaúba/SE, Itabi/SE e Cristinápolis/SE, Comprovante de Titularidade Expedida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e Minuta do Contrato.

Eis o Relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A Administração Pública Direta rege-se pelo Princípio da Legalidade, no caso em análise, o procedimento foi submetido à apreciação por esta Procuradoria, para verificar a observância dos requisitos estabelecidos pela Lei 8.666/93.

Segundo o art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

Nos termos da legislação pátria vigente, inclusive pela Carta Magna brasileira, as contratações a serem firmadas pelo Ente Público devem ser precedidas de procedimento licitatório, o qual se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA

A obrigatoriedade da instauração do processo licitatório integra o rol do art.37 da Constituição Federal, estando visivelmente explicitado em seu inciso XXI, e como tal vinculado aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade e publicidade.

Entretanto, a Lei de Licitações permite, como ressalva à obrigação de licitar, que em certas situações a contratação seja feita diretamente com terceiros, através de processos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, nos casos previstos nos arts. 24 e 25 da Lei 8666/93, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei.

No procedimento de inexigibilidade de licitação, a justificativa deve está fundada na especificidade técnica dos serviços de modo que a empresa a ser contratada demonstre o conceito no campo de sua especialidade, através de desempenho anterior, estudos, experiências, atestados de capacidade técnica, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, que se permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato, consoante disposto no §1º do art. 25 da Lei 8.666/93.

No entanto, deve ficar caracterizada a inviabilidade de competição, especialmente na contratação de serviços técnicos especializados, não podendo haver outras empresas que desenvolvam o mesmo sistema nas mesmas condições e requisitos, sob pena de ferir o princípio da obrigação de licitar.

Tal orientação está balizada no caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, e dispõe que:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

Compulsando os autos do processo, denota-se que foi juntada a justificativa para inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 25, caput da Lei 8.666/93, na qual traz comprovante de preenchimento dos requisitos legais de enquadramento do caso concreto à hipótese de Inexigibilidade de licitação, a exemplo do comprovante de exclusividade na prestação do objeto proposto, cópias de contratos realizados com outros Entes Públicos e atestados de capacidade técnicas, sem prejuízo de outros documentos que se fizerem necessários para comprovação da especialidade

Rua Antonio Valadão, s/n, Centro Administrativo José do Prado Franco
Centro - Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, Tel: 2107-7804



GOV. O Município
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA

do contratado.

Assim, restando comprovados no processo os requisitos legais com a juntada da documentação pertinente, especialmente para caracterização da inviabilidade de competição, enfim, enquadra-se o caso concreto na hipótese de Inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, caput da Lei nº 8.666/93.

Com referência ao exame prévio da minuta do contrato, não há considerações a serem feitas, vez que atende as exigências legais, com a inclusão de todas as cláusulas obrigatórias dispostas no art. 55 da lei de licitações e contratos administrativos.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, a Procuradoria Geral do Município, vem se manifestar pela aprovação da Minuta do Termo do Contrato, e a viabilidade do procedimento escolhido pelo poder público para contratação por inexigibilidade de licitação, desde que comprovada a inviabilidade de competição nos termos destacados nesta assentada, observadas as recomendações expostas conforme preccituum a Constituição Federal de 1988, a Lei 8.666/93 e demais normas em vigor.

É o Parecer, sem embargo de posicionamentos divergentes.

Para apreciação superior.

Nossa Senhora do Socorro, 08 de julho de 2020.

LUCIANA OLIVEIRA LIMA CASTRO

Procuradora do Município



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

000074
PUBLICADO E AFIXADO NO QUADRO DE
EXPOSIÇÕES DE ENTRADA DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO
SOCORRO.

Em 13/07/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 002/2020/SEMAS

Considerando que a configuração de situação prevista no art. 25, Caput, da Lei 8.666/93 e a necessidade da realização da contratação em questão;

Considerando que a empresa **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP** detém a exclusividade por se desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização de seus softwares/sistemas em todo território nacional. A tecnologia é comprovada em diversos órgãos, como nos estados da Bahia, Sergipe, Amapá, Roraima, Alagoas e Rondônia.

Constando no processo a sua titularidade através do IMPI- Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Considerando que a função do software é organizar, definir e agilizar processos para tomada de decisão, tornando a estrutura organizacional mais eficiente e eficaz, bem como capacitando a entidade para a competitividade e o crescimento no mercado cada vez mais exigente. É uma das ferramentas essencialmente importante para qualquer organismo, seja ela empresa, entidade ou órgão público, o que a tornar muito mais competitiva e proporcionando o aumento de sua capacidade de decisão no mercado em que está inserido.

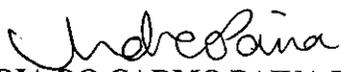
Considerando que é uma empresa de software, inovação e tecnologia para gestão pública e privada. Soluções e correções quando necessário, adequando os sistemas às necessidades de cada setor como: Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; e do Portal da Transparência a fim de atender todas as necessidades do Município de Nossa Senhora do Socorro, Frota Oferece um acompanhamento abrangente, o que é essencial para a tomada de decisões adequadas.

Considerando que o compromisso de promover o acesso a informação e garantir os direitos legais e constitucionais acima explanados, poderá ser efetivado, através de instrumentos e ferramentas tecnológicas de modernização da transparência pública municipal.

Decido Homologar e Adjudicar o presente processo administrativo de inexigibilidade de licitação com vistas à contratação direta da empresa **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP**, para a **Execução dos Serviços em Licença de uso, Manutenção e o suporte Pós-Implantação, incluindo a conversão de dados dos sistemas: Módulo de Planejamento; Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; e do Portal da Transparência a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.**

Cumpra-se.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 13 de julho de 2020.


MARIA DO CARMO PAIVA DA SILVA

Secretária Municipal da SEMAS/FMAS

Rua Antonio Valadão, s/n - Centro Administrativo José do Prado Franco - CEP 49160-000
Tel.: (79) 2107-7823 - Fax: (79) 2107-7819
Nossa Senhora do Socorro/Sergipe
C.N.P.J. 13.128.814/0001-58

ADENILTON CRUZ FAVARES SANTOS



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE

NÚMERO/PROTOCOLO: 002/2020/SEMAS/NS SOCORRO

OBJETO: Execução dos Serviços em Licença de uso, Manutenção e o suporte Pós-Implantação, incluindo a conversão de dados dos sistemas: Módulo de Planejamento; Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; e do Portal da Transparência a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CONTRATADA: LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP

VALOR: R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

46001 – Secretaria Municipal de Assistência Social de Assistência Social

PROJETO ATIVIDADE:

2085 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

ELEMENTO DE DESPESA:

3390339040 – Serviços de Tecnologia da Informação

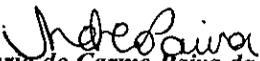
FONTE DE RECURSOS:

1001 – Ordinário

BASE LEGAL: artigo 25, da Lei 8.666/93.

PARECER JURÍDICO: Nº 319/2020

Nossa Senhora do Socorro, 13 de julho de 2020.


Maria do Carmo Paiva da Silva
Secretária Municipal de Assistência Social

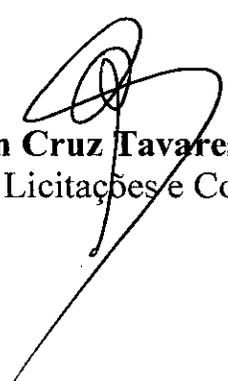


Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

CERTIDÃO DE PUBLICIDADE

Declaramos que a presente Inexigibilidade nº 002/2020 foi afixada em local público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, no dia 13/07/2020.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 13 de julho de 2020.



Adenilton Cruz Tavares Santos
Setor de Licitações e Contratos



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

CONTRATO

PUBLICADO E AFIXADO NO QUADRO DE
EXPOSIÇÕES DE ENTRADA DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO
SOCORRO.

Em 13 / 07 / 2020



ADENilton CRUZ PARES SANTOS

CONTRATO nº 13/2020/SEMAS/NS SOCORRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, E DO OUTRO, A LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP, NOS TERMOS ADIANTE DELINEADOS.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FMAS, inscrito no C.N.P.J sob o nº 14.810.888/0001-32, com sede na Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 40, Centro, nesta Cidade de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, neste ato representado por Maria do Carmo Paiva da Silva, Secretária Municipal da Assistência Social, CPF nº 535.983.425-00, RG nº 05.005.978-55 SSP/BA, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP**, com sede na PC Jackson Figueiredo, nº 17, Sala 03, CEP: 49.120-000, Bairro Centro, Município de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, **CNPJ:21.692.672/0001-85**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Srª. **JOELMA CORDEIRO OLIVEIRA**, brasileira, maior, solteira, empresária, Portadora do RG. Nº 02.765.130-45 SSP/BA e inscrito no CPF Nº 483.387.025-87, têm justo e acordado entre si o presente Contrato de Serviço, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato tem por objeto a **Execução dos Serviços em Licença de uso, Manutenção e o suporte Pós-Implantação, incluindo a conversão de dados dos sistemas: Módulo de Planejamento; Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; e do Portal da Transparência a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social**, de acordo com as especificações constantes do procedimento de inexigibilidade 002/2020 e seus anexos, e proposta da Contratada, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº 8.666/93, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).

Os serviços serão executados diretamente pela **CONTRATADA**, sob a forma de execução indireta, em regime por preço global, de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, visando à perfeita consecução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).

Inesbava
P



A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância o valor mensal de **RS 2.100,00** (dois mil e cem reais), perfazendo o valor total de **RS 25.200,00** (vinte e cinco mil e duzentos reais). A composição dar-se-á da seguinte forma:

§1º - O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, por meio de crédito em conta corrente indicada pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor responsável pelo recebimento do serviço.

§2º - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Municipal, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS – CRF, além da CDNT.

§3º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§4º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§5º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O presente Contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo único -O prazo contratual acima mencionado poderá ser, excepcionalmente, prorrogado na ocorrência das hipóteses previstas nos incisos do art. 57, §1º da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento do Município de Nossa Senhora do Socorro, cujos valores estão previstos no Orçamento do exercício de 2020 consignados na seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 46001 – Secretaria Municipal de Assistência Social de Assistência Social

PROJETO ATIVIDADE: 2085 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

ELEMENTO DE DESPESA: 3390339040 – Serviços de Tecnologia da Informação

FONTE DE RECURSOS: 1001 – Ordinário



CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

6.1 A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- a- Prestar os serviços profissionais constantes da clausula primeira deste instrumento.
- b- Manter, durante toda a execução do contrato, as obrigações inicialmente pactuadas.

6.2 A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- a- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- b- Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93;
- c- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93)

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93.

§1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§2º - No caso de rescisão do Contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

Indredona

P



§3º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos da Inexigibilidade que, simultaneamente:

- constam do Processo Administrativo que o originou;
- não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 8.666/93;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.



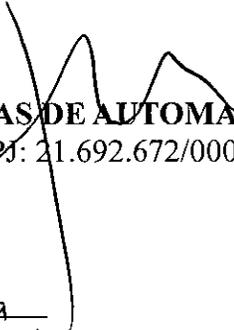
E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Nossa Senhora do Socorro, (SE), 13 de julho de 2020

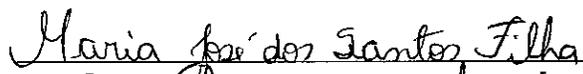
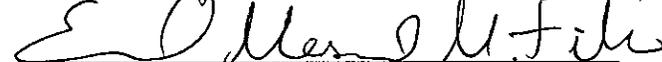
CONTRATANTE:


MARIA DO CARMO PAIVA DA SILVA
Secretária Municipal da SEMAS/FMAS

CONTRATADA:


LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP
CNPJ: 21.692.672/0001-85

TESTEMUNHAS:



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

EXTRATOS

EXTRATOS



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

PUBLICADO E AFIXADO NO QUADRO DE
EXPOSIÇÕES DE ENTRADA DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO
SOCORRO.

Em 13/07/2020

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE

ADENILTON CRUZ TAVARES SANTOS

NÚMERO/PROCOLO: 002/2020/SEMAS/NS SOCORRO

OBJETO: Execução dos Serviços em Licença de uso, Manutenção e o suporte Pós-Implantação, incluindo a conversão de dados dos sistemas: Módulo de Planejamento; Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; e do Portal da Transparência a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CONTRATADA: LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP

VALOR: R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

46001 – Secretaria Municipal de Assistência Social de Assistência Social

PROJETO ATIVIDADE:

2085 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

ELEMENTO DE DESPESA:

3390339040 – Serviços de Tecnologia da Informação

FONTE DE RECURSOS:

1001 – Ordinário

BASE LEGAL: artigo 25, da Lei 8.666/93.

PARECER JURÍDICO: Nº 319/2020

Nossa Senhora do Socorro, 13 de julho de 2020.

Maria do Carmo Paiva da Silva
Secretária Municipal de Assistência Social

H. 000085

PUBLICADO E AFIXADO NO QUADRO DE EXPOSIÇÕES DE ENTRADA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO.

Em 13/07/2020

ADENILTON CRUZ TAVARES SANTOS



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

EXTRATO CONTRATO nº 13/2020/SEMAS/NS SOCORRO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Inexigibilidade nº 002/2020/SEMAS/NS SOCORRO

OBJETO: Execução dos Serviços em Licença de uso, Manutenção e o suporte Pós-Implantação, incluindo a conversão de dados dos sistemas: Módulo de Planejamento; Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; e do Portal da Transparência a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CONTRATADA: LINK3 SISTEMAS DE AUTOMACÃO LTDA-EPP

VALOR: R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

46001 – Secretaria Municipal de Assistência Social de Assistência Social

PROJETO ATIVIDADE:

2085 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

ELEMENTO DE DESPESA:

3390339040 – Serviços de Tecnologia da Informação

FONTE DE RECURSOS:

1001 – Ordinário

NOTA DE EMPENHO:/2020

Nossa Senhora do Socorro, 13 de julho de 2020.

Marta do Carmo Paiva da Silva
Marta do Carmo Paiva da Silva
Secretária Municipal de Assistência Social



M. 000086

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

RATIFICAÇÃO

REFERÊNCIA	INEXIGIBILIDADE Nº 002/2020
DATA DA RATIFICAÇÃO	13/07/2020

Depois de atendidas as exigências contidas nos instrumentos legais **RATIFICO** o processo de Inexigibilidade n.º 002/2020 nos termos da Justificativa encartada aos autos.

Publique-se.

Tome as providências de praxe.

Nossa Senhora do Socorro, 13 de julho de 2020.


MARIA DO CARMO PAIVA DA SILVA
Secretária Municipal da SEMAS/FMAS



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

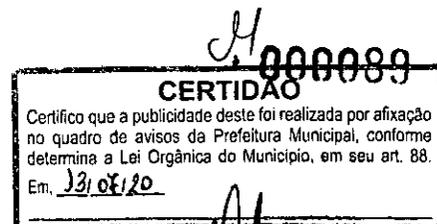
PORTARIA FISCAL DO CONTRATO



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

Procuradoria Geral do Município

**PORTARIA Nº 336 /2020
DE 13 DE JULHO DE 2020**



Bruna de Vitor Santos
Secretaria de Governo
Prefeitura Mun. de N. Sª do Socorro

Designa servidores para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contrato, para atuarem no Contrato mencionado, no âmbito da Procuradoria Geral do Município de Nossa Senhora do Socorro.

A Procuradora Geral do Município de Nossa Senhora do Socorro, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município, c/c as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), juntamente com as disposições da Resolução nº 296, de 11 de agosto de 2016, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE, e

CONSIDERANDO que cabe ao Poder Público, nos termos do disposto no art. 58, inc. III e art. 67, e seus parágrafos, ambos da Lei nº 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal, formalmente designados, durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO, também, que as principais atribuições dos Gestores de Contratos são:

I - Gerenciar a parte administrativa da execução contratual, no intuito de que o contrato transcorra de forma regular;

II - Indicar, quando houver, a necessidade de nova licitação para a continuidade dos serviços;

III - Solicitar à autoridade competente da área interessada, para que esta promova a elaboração de novo Projeto Básico ou Termo de Referência, com a antecedência mínima necessária à realização da nova contratação;

IV - Conferência do adequado cumprimento das exigências da prestação das respectivas garantias contratuais;

V - Quando da proximidade do encerramento da vigência contratual, consultar, em tempo hábil, sobre o interesse na prorrogação da mesma e, em havendo, promover a respectiva prorrogação;

VI - Manifestar-se sobre quaisquer solicitações da contratada, em especial aquelas pertinentes a valores do contrato e devolução de prazos, submetendo-as à autoridade competente;

VII - Informar a área requisitante, em prazo hábil, quando prever ou verificar necessidade de acréscimos, supressões ou outras alterações no objeto do contrato e promover as respectivas alterações;

VIII - Propor à Autoridade Competente, de forma motivada e fundamentada e com base nas anotações da fiscalização contratual, a abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades ao contratado, conforme previsto no contrato e realizar esse processo;

Indeobiana
[Assinatura]



M. 000087

MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Ofício nº 513/2020

Nossa Senhora do Socorro/SE, 13 de julho de 2020.

Estamos encaminhando a esse setor, documentos abaixo relacionados referente à **Inexigibilidade de Licitação nº 002/2020**, cujo objeto é Execução dos Serviços em Licença de uso, Manutenção e o suporte Pós-Implantação, incluindo a conversão de dados dos sistemas: Módulo de Planejamento; Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; e do Portal da Transparência a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CÓD UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
46001	2085	3390339040	1001

CÓPIA DOS DOCUMENTOS:

- Inexigibilidade nº 002/2020
Contrato 13/2020
Orçamento da **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP**
Certidões

Na oportunidade, solicitamos cópia do referido empenho, ordem(s) de pagamento(s) quando da quitação total ou parcial dos serviços devidamente assinadas e nota(s) fiscal(s) devidamente atestada(s).

Atenciosamente,


Adenilton Cruz Tavares Santos
Setor de Licitações e Contratos

A
Sr.^a. **JOSIMARY DOS SANTOS**
Diretora Financeira SEMAS
NESTA

*
RECEBIDO EM
13/07/2020

Servidor
Josimary dos Santos
Diretora Financeira
Secretaria M.^u. de Assistência Social
Nossa Senhora do Socorro-SE



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

Procuradoria Geral do Município

IX - Prestar esclarecimentos e apresentar soluções técnicas a seu cargo para ocorrências que surgirem durante a execução do contrato e propor medidas que melhorem a execução do mesmo.

CONSIDERANDO, ainda, que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

I - Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Administração;

II - Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;

III - Indicar as eventuais glosas das faturas;

IV - Informar ao Gestor do Contrato o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades;

V - Providenciar, quando necessário, o recibo ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento de contrato;

VI - Registrar todas as ocorrências, qualitativas e quantitativas, relacionadas com a execução do contrato pelo qual for responsável, prestando nos autos os esclarecimentos que se fizerem necessários;

VII - Manter permanente vigilância sobre as obrigações da Contratada, definidas nos dispositivos contratuais e condições editalícias e, fundamentalmente, quanto à observância aos princípios e preceitos consubstanciados na Lei nº 8.666/93, com suas alterações.

CONSIDERANDO, no mais, que com essas disposições, são normatizados os procedimentos relativos à gestão e fiscalização dos contratos, no âmbito desta Prefeitura, contrato a contrato;

CONSIDERANDO, por fim, o estabelecimento de atribuições inerentes ao Gestor e Fiscal de Contratos, previstas no art. 6º da Resolução nº 296/2016 - TCE/SE;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, para atuar como Gestor e Fiscal de Contrato, exercendo todas as atribuições aos mesmos inerentes e designadas em Legislação pertinente e nesta Portaria, no âmbito da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro, os servidores abaixo especificados, nas respectivas funções:

I- MARIA DO CARMO PAIVA DA SILVA (535.983.425-00) - Gestor do Contrato;

II - JOSIMARY DOS SANTOS (782.367.115 - 87) - Fiscal do Contrato.

Art. 2º - Os servidores designados atuarão no âmbito do Contrato nº 13/2020, decorrente do Procedimento Licitatório Inexigibilidade nº 002/2020.

Parágrafo único. Constituem-se como dados complementares:

Maria do Carmo Paiva da Silva



M 000091

Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

Procuradoria Geral do Município

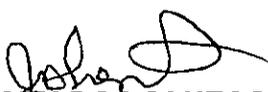
Contratado	Objeto do Contrato	Vigência do Contrato
LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP	Execução dos Serviços em Licença de uso, Manutenção e o suporte Pós-Implantação, incluindo a conversão de dados dos sistemas: Módulo de Planejamento; Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; e do Portal da Transparência a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.	12 (doze) meses

Art. 3º -Dê-se ciência aos interessados e se autue no respectivo processo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data e terá validade durante toda a vigência contratual.

Nossa Senhora do Socorro, 13 de julho de 2020.


MARIA DO CARMO PAIVA DA SILVA
Secretária Municipal da SEMAS/FMAS


JOSIMARY DOS SANTOS
Fiscal do Contrato